

FOMENTANDO A NUTRIÇÃO

**RELATÓRIO DE PROGRESSO DO MOVIMENTO SUN
2011-2012**



setembro 2012

Este relatório foi produzido pelo Secretariado do Movimento SUN que reconhece e agradece às várias pessoas que produziram o material para o relatório, na escrita de secções e na edição de texto. Sem as suas contribuições este relatório não teria sido produzido. O Secretariado reconhece o trabalho árduo dos Pontos Focais Nacionais do SUN, que partilharam muito generosamente o seu tempo, e a bondosa atenção dos Coordenadores da Rede SUN. Agradecemos também aos vários membros do Grupo de Liderança que ofereceram as suas valiosas perspectivas.

Esta publicação foi produzida com o apoio da Fundação Bill e Melinda Gates, Canadá, União Europeia, França, Irlanda, Itália, Suíça, Reino Unido e do Comité Permanente da ONU para a área da Nutrição. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Secretariado do Movimento SUN e não pode, em caso algum, ser entendido como expressão das opiniões dos doadores e organizações que contribuem para o Secretariado do Movimento SUN.

SECRETARIADO DO MOVIMENTO SUN

Telefone: +41 22 917 1189

www.scalingupnutrition.org

FOMENTANDO A NUTRIÇÃO



**RELATÓRIO DE PROGRESSO DO MOVIMENTO SUN
2011-2012**

ÍNDICE

PREFÁCIO DO SECRETÁRIO-GERAL	4
RESUMO EXECUTIVO	6
Nutrição - porquê agora?	6
Resultados, resultados, resultados	7
CAPÍTULO 1 - O MOVIMENTO EVOLUI	10
SUN ano a ano	11
Um tipo de movimento único	13
CAPÍTULO 2 - PROGRESSO DO PAÍS	16
2.1 Estabelecer medidas para o sucesso	16
Indicador I. Trazer as pessoas para um espaço partilhado de acção	17
Indicador II. Garantir uma política coerente e um quadro jurídico	20
i) Estratégia e política de nutrição	20
ii) Estratégias e políticas sectoriais actualizadas relevantes para a nutrição	20
iii) Legislação sobre nutrição	21
Indicador III. Alinhamento de programas em torno de objectivos comuns	23
i) Intervenções específicas sobre nutrição	23
ii) Estratégias sectoriais sensíveis à questão da nutrição	25
Indicador IV. Mobilização de recursos e acompanhamento financeiro	28
2.2 Progresso nacional em relação ao fomento da nutrição	29
Progresso do país SUN através de indicadores chave	30
Fases de progresso de países SUN	31
Exemplos de como as fases de progresso de país SUN podem ser avaliadas e compiladas	32
2.3 Medição de resultados nutricionais	34
i) Atraso no crescimento em crianças	35
ii) Subnutrição infantil	37
iii) Aleitamento materno exclusivo de bebés até seis meses	39

CAPÍTULO 3 - PROGRESSO GLOBAL	41
Um novo modelo de gestão.	41
Do plano ao quadro estratégico	42
i) Construir um quadro de responsabilização e resultados sólidos	42
ii) Partilha das melhores práticas.	42
iii) Estabelecer o cenário de investimento	42
iv) Monitorizar investimentos financeiros em nutrição e promover o aumento dos recursos	43
v) Realçar o género e promover a capacitação das mulheres	43
vi) Promoção e comunicação	45
vii) União em torno dos princípios do SUN	45
SUN e outras iniciativas de nutrição a nível global.	46
CAPÍTULO 4 - CONSTRUIR REDES DO SUN	49
Des groupes de travail aux réseaux.	49
i) Rede de países	50
ii) Rede da Sociedade Civil	51
iii) Rede de Empresas	52
iv) Rede de Doadores	54
v) Rede das Nações Unidas.	55
Outros grupos de intervenientes	57
a) Promoção e Comunicações	57
b) Equipas de trabalho de Conhecimento e Investigação	58
CAPÍTULO 5 - O CAMINHO A SEGUIR	59
Manter o ímpeto	59
Demonstrar resultados	59
Manter o consenso	60
ANEXO 1: Implementação do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno	62
ANEXO 2: Quadro jurídico relacionado com a maternidade	63
ANEXO 3: Estado de enriquecimento de farinha.	65
ANEXO 4: Quadro legislativo e de política para fomentação da nutrição.	66
ANEXO 5: SUN Lead Group	68

UNITED NATIONS



NATIONS UNIES

PREFÁCIO DO SECRETÁRIO-GERAL

Há dois anos, um grupo pequeno mas empenhado de políticos e nutricionistas lançou um movimento denominado “Fomentando a Nutrição” (Scaling Up Nutrition - SUN) com o objectivo ambicioso de revolucionar a forma como o mundo enfrenta o problema da desnutrição.

Este avanço vinha a crescer desde 2008, quando uma crise alimentar mundial incitou os líderes a perguntar qual era o problema, e como deveríamos mudar a nossa abordagem.

O Movimento SUN respondeu a essa causa. Não foi preciso qualquer nova instituição, capital ou programa. Em vez disso, o Movimento propôs uma maneira inteiramente nova de trabalhar. Liderado por países, e impulsionado por evidências, o SUN reuniu governos, sociedade civil, sector privado e doadores internacionais para avançar com objectivos acordados para fomentar a nutrição.

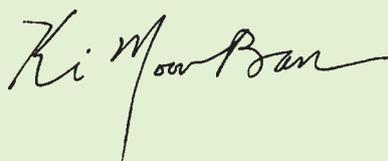
Ao quebrar as barreiras que separam as diferentes disciplinas, o SUN galvaniza peritos em agricultura, saúde, protecção social e finanças. Argumentou com êxito que uma boa nutrição não consiste apenas em alimentos mais saudáveis, embora também façam parte da mesma; que não se trata apenas de garantir um bom serviço de saúde, embora este também faça parte da mesma; e que não consiste apenas em leis laborais válidas, agro-indústrias sensíveis à nutrição, ou saneamento eficaz. O SUN está a demonstrar que a boa nutrição pode ser obtida quando todos estes elementos forem reunidos num plano coeso.

Dois anos depois, este Movimento está a acelerar. Vinte e oito países já colocaram a nutrição no centro da sua abordagem ao desenvolvimento. Adoptaram leis de apoio, atribuíram fundos e desenvolveram plataformas de acção em diversos sectores. Estão a reunir todos os intervenientes para alcançar objectivos comuns.

No início deste ano, 27 líderes de empresas, governos e sociedade civil concordaram em formar um “Grupo de Liderança” para administrar este processo. A comunidade internacional deverá apoiar uma nova estratégia em Setembro para fomentar a nutrição à escala mundial.

Num mundo de abundância, nenhum indivíduo deve estar subnutrido. Os custos em termos de sofrimento humano e de subdesenvolvimento nacional são demasiado elevados. Louvo os avanços significativos do SUN em fornecer uma resposta global para este problema, e incito à participação de mais países.

O Movimento SUN proporciona a centenas de milhões de crianças uma oportunidade para uma vida mais saudável, mais longa e mais produtiva. Por elas e pelas futuras gerações devemos transformar esta oportunidade em realidade.

A handwritten signature in black ink, reading "Ki Moon Ban". The signature is fluid and cursive, with the first name "Ki" and last name "Ban" being more prominent than the middle name "Moon".

BAN Ki-moon

RESUMO EXECUTIVO

Nutrição - porquê agora?

Em Maio de 2012, um grupo dos principais economistas a nível mundial publicou os resultados de um projecto de investigação com um ano de duração, que envolveu mais de 65 investigadores em todo o mundo. Título principal: um dólar gasto na melhoria da nutrição de crianças pequenas trouxe mais benefícios para a humanidade do que qualquer outra forma única de investimento.

Perante o poder destes indícios, o Painel de Especialistas do Consenso de Copenhaga 2012 emitiu um apelo à acção inequívoco: "Combater a subnutrição deve ser a principal prioridade dos decisores políticos e filantropos."

Foi uma afirmação ousada, mas muito em consonância com a emergência de um novo movimento, a ocorrer em países de todo o mundo, para dar à nutrição o destaque que merece.

Para muitos activistas e nutricionistas marca o culminar de uma longa e solitária luta para convencer os decisores políticos de que a desnutrição é o ponto de origem do sofrimento humano - desencadeando uma cadeia perpétua de danos, com custos irreversíveis não só para o bem-estar dos indivíduos como também para a prosperidade das nações.

Durante demasiado tempo, os governos e as agências de desenvolvimento viram a desnutrição com outros olhos: o insucesso em cultivar alimentos suficientes, a pobreza geral, ou a negligência materna. Assumia-se que cultivando mais alimentos, ou aumentando a prosperidade económica, ocorreria automaticamente uma melhoria na nutrição. Mas o Consenso de Copenhaga, juntamente com uma abundância de investigações crescente e progressivamente influente, tornou essa posição cada vez mais insustentável. A nutrição é um

conceito muito mais vasto, que engloba diversas esferas de actividade e, sem uma abordagem abrangente, milhões de pessoas não terão uma vida saudável e produtiva.

O Movimento SUN é uma resposta a esta mudança, e também um catalisador para a acção. Este Relatório de Progresso, que abrange o período de Setembro de 2011 a Setembro de 2012, demonstra algumas das mudanças extraordinárias ocorridas nos seus 28 países participantes à medida que fazem da nutrição uma prioridade nas suas agendas, e criam alianças empenhadas entre diversos intervenientes para impulsionar a mudança.

«Ao longo dos anos, a Nigéria reconheceu o papel da nutrição como uma questão de desenvolvimento e comprometeu-se a abordar a taxa insuportavelmente alta de subnutrição entre menores de cinco anos no país.»

Professor C.O. Onyebuchi Chukwu,
Ministro da Saúde da Nigéria,
Novembro de 2011

Resultados, resultados, resultados

Desde 2010, os membros do Movimento SUN reconheceram que palavras bonitas não são suficientes. Para provar o que vale, o Movimento tem de mostrar resultados. E embora seja muito cedo para estabelecer uma ligação entre o crescimento do Movimento e a melhoria dos indicadores nutricionais - isso demorará entre três a cinco anos - começam a surgir resultados evidentes.

Durante o ano passado, os países membros do SUN testemunharam um aumento acentuado tanto no apoio político de alto nível à nutrição, como na combinação de diversos grupos de pessoas em torno de objectivos comuns. Estabeleceram objectivos claros de nutrição, fomentando programas, e colocando em prática os recursos necessários.

Os nutricionistas e outros peritos entrevistados para este relatório descrevem estes desenvolvimentos como um avanço genuíno, ainda mais notável devido à falta de atenção ao longo das décadas anteriores.

O Movimento Fomentando a Nutrição (SUN) ganhou um sentido de momento histórico em 2011-2012. Em 2010, apesar de tudo continuou a ser uma ideia, ainda que uma cada vez mais poderosa. Em 2011 a ideia tornou-se real. Agora, Fomentando a Nutrição (SUN) é uma realidade - e o seu ímpeto é evidente para todos.

Em 2012 a nutrição ganhou protagonismo, incluída como objectivo central no desenvolvimento nacional e em estratégias económicas. Um número crescente de presidentes e primeiros-ministros optaram por defender a causa da nutrição, alojando unidades especiais nos seus gabinetes, e solicitando briefings pessoais.

Líderes mundiais, como o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o Presidente dos EUA, Barack Obama, e o Papa Bento XVI falam a linguagem da nutrição aos mais altos níveis internacionais, nos fóruns de tomada de decisões mais proeminentes do mundo - o G8, o G20, a Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável - e nos principais eventos culturais e desportivos, como os Jogos Olímpicos de Londres.

Em suma, 2012 é o ano em que a desnutrição crónica foi movida de segundo para primeiro plano, e em que muitos dos mecanismos foram postos em prática - muitas vezes pela primeira vez – para acabar com os seus efeitos debilitantes.

O **Capítulo 1** deste relatório fornecerá uma visão geral do Movimento SUN, e os seus princípios de compromisso. Procurará explicar o que significa um Movimento, e identificar as suas características mais marcantes - em contraste com as formas mais tradicionais de organização internacional.

«A Indonésia tem orgulho nos seus feitos passados no combate à desnutrição mas a nossa nação tem consciência de que ainda há muito trabalho por fazer. A Indonésia reconhece o potencial de utilizar o quadro do SUN para visar de forma eficaz os desafios apresentados pela subnutrição, incluindo os seus impactos económicos e sobre o desenvolvimento.»

Dr. Endang Rahayu Sedyaningsih,
Ministro da Saúde da Indonésia,
Janeiro de 2012

«A Gâmbia está bem posicionada para alcançar resultados significativos no âmbito da nutrição através de resultados partilhados e de quadros de responsabilidade, sistemas de medição transparentes e acompanhamento de financiamento e investimentos que estimulam a participação integral de todos os intervenientes chave no país.»

Dr. Isatou Njie-Saidy,
Vice-Presidente da Gâmbia,
Julho de 2012

O **Capítulo 2** forma o centro da análise, que fornece uma visão geral preliminar do progresso do país em quatro indicadores, e proporciona uma vista sobre o estado actual dos indicadores de desnutrição global.

Irá sugerir um mecanismo para traçar, através da sua preparação, o progresso global de cada país membro do SUN em direcção a um ambiente de políticas eficazes focadas na nutrição. Isto levantará muitas questões, mas os membros do SUN manifestaram o seu apoio para a preparação como uma ferramenta essencial de medição do progresso.

O **Capítulo 3** irá explorar o desenvolvimento do SUN a nível global, especialmente a nomeação de um Grupo de Liderança influente cuja orientação e defesa de alto nível são vistas como cruciais para manter o ímpeto político. O relatório apresentará perspectivas de vários destes membros do Grupo de Liderança, reflectindo a sua diversidade de experiências, e analisará sete áreas de destaque que ajudaram a guiar a evolução da estratégia do SUN.

O **Capítulo 4** acompanhará o desenvolvimento das redes de apoio ao SUN, um esforço para reunir pessoas com a mesma mentalidade de grupos específicos para partilhar experiências e informações e impulsionar a mudança.

O **Capítulo 5** fará uma breve análise de alguns dos principais desafios que teremos de enfrentar.

Este relatório destina-se a ser lido juntamente com as informações detalhadas sobre o progresso dos países individuais do SUN que estarão disponíveis no novo site Web do SUN que será lançado em Setembro de 2012.

PERSPECTIVAS

A crise silenciosa - Anthony Lake

Estamos perante uma crise que nem controla as notícias nem domina conversas. Afecta 180 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos. E, embora provoque um enorme esgotamento no desenvolvimento, fornece também uma das nossas maiores oportunidades de progredir no mesmo.

Esta crise de desnutrição silenciosa é conhecida como um atraso no crescimento.

O atraso no crescimento é o resultado da deficiência crónica de nutrição nos primeiros mil dias da vida de uma criança – desde a gestação até aos 2 anos de idade. Os danos causados ao desenvolvimento cognitivo e físico de uma criança são irreversíveis.

O Banco Mundial estima que os países afectados por este atraso no crescimento e outras formas de subnutrição perdem no mínimo 2 a 3 por cento do seu Produto Interno Bruto e mil milhões de dólares no mercado de trabalho assalariado e em despesas evitáveis com cuidados de saúde.

Juntos, podemos evitar que isso aconteça. As soluções são igualmente simples e económicas: micronutrientes, programas de nutrição comunitários, aleitamento materno, e uma boa alimentação para as crianças.

O Movimento Fomentando a Nutrição (SUN) concentra uma maior atenção e acção na desnutrição. Até à data, os líderes de 28 países em desenvolvimento comprometeram-se a reduzir a desnutrição nos seus países.

À medida que lê sobre os desafios neste Relatório de Progresso, lembre-se que estes também representam oportunidades. E responsabilidades. Porque quando as soluções se apresentam tão disponíveis, temos o dever moral de fazer todos os possíveis - pelos nossos filhos, pelas nossas comunidades e pelos nossos países.

CAPÍTULO 1 - O MOVIMENTO EVOLUI

Na sequência da crise alimentar de 2008, um pequeno grupo de profissionais de nutrição dedicados decidiu que era altura de se unirem e chegarem a acordo sobre abordagens comuns. O crescente conjunto de provas que apresentaram ajudou a motivar os líderes políticos de todo o mundo para combater a desnutrição infantil, que juntou todas as peças diferentes do puzzle da nutrição num todo unificado.

Em vez de outra instituição, capital ou programa, lançaram um Movimento global, denominado “Scaling Up Nutrition” ou Fomentando a Nutrição (SUN). Orientado por um Quadro e um Roteiro, este Movimento apelava ao estabelecimento de redes mundiais, unidas em torno de princípios comuns, que poderia reunir todo o espectro de intervenientes cujo trabalho afecta a nutrição. Tinha um objectivo claro: melhorar a nutrição durante os primeiros mil dias de vida de uma pessoa - desde a gestação até ao segundo aniversário - devido à sua esmagadora importância durante o resto da existência dessa pessoa.

«Vamos continuar a incidir sobre a nutrição, especialmente para as crianças pequenas, porque sabemos que os efeitos de uma má nutrição podem durar uma vida inteira.»

Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América, Maio de 2012

Este era para ser um tipo diferente de organização - concebida para um mundo em evolução, no qual as soluções não eram impostas, mas baseadas na parceria, que reunia grupos cívicos, empresas privadas, doadores, instituições internacionais e governos, entre várias disciplinas e sectores, apoiando os planos e políticas de nutrição nacionais.

Pretendia ser adaptável e flexível, mas também baseado na realidade e em resultados; medidos não pelo número de reuniões realizadas, mas pelos resultados e impacto. Este era um Movimento cuja abordagem seria firmemente baseado em provas:

- Provas científicas; para saber que abordagens funcionam para melhorar a nutrição;
- Provas financeiras, para o motivo pelo qual a fomentação da nutrição é um bom investimento no bem-estar económico de um país, e que investimentos funcionam;
- Provas políticas, para as melhores formas de reunir grupos diversos em torno de uma causa comum.

O Movimento surgiu em Setembro de 2010, com o estabelecimento de um Quadro e de um Roteiro concebidos para obter resultados reais durante os 3 anos seguintes.

SUN ano a ano

2010-11

Durante o seu primeiro ano, a prioridade do SUN foi a de aumentar o ímpeto político em torno da nutrição, fazer crescer o Movimento, e criar consenso sobre o caminho a seguir. Houve progressos significativos em todas as frentes, conforme descrito no relatório de progresso do ano passado e assinalado na Reunião de Alto Nível sobre Nutrição realizada em Setembro de 2011 em Nova Iorque. 2010-2011 foi um ano de transformação, do conceito à realidade, posicionando firmemente o SUN na agenda internacional.

2011-12

2011-12 foi o ano em que o SUN passou da promoção aos resultados. Tornou-se num Movimento verdadeiramente global, impulsionado por 28 países do SUN, reunidos em torno de um conjunto acordado de princípios e regras de compromisso. Os membros do SUN deram um passo fundamental: reconhecer explicitamente que a fomentação da nutrição foi o investimento mais importante que poderiam fazer no seu futuro. O número de intervenientes aumentou e expandiu em âmbito, a nível global, nacional e distrital e de comunidade.

A nível global, foi criado um Grupo de Liderança influente, e foram lançadas quatro redes de apoio. O ímpeto político crescente foi demonstrado em iniciativas e compromissos de alto nível nas reuniões de G8, G20 e Rio+20.

Este progresso reflectiu-se num novo quadro estratégico, que actualizará o plano do SUN para 2010.

2012-2013

Durante o próximo ano, o SUN irá trabalhar para mobilizar recursos de apoio a movimentos nacionais cada vez mais capacitados, para alcançar um impacto mensurável.

É um momento de optimismo. Os países estão a assumir o controlo dos seus próprios destinos; organizações cívicas, o sistema das Nações Unidas, o sector privado e os investigadores estão responder ao apelo para se envolverem. Os governos estão levar a nutrição a sério, e a informação está a tornar-se cada vez mais acessível, permitindo que as pessoas os responsabilizem pelas suas acções. O movimento Fomentando a Nutrição (SUN) está a distanciar-se da esfera de especialistas e peritos, e a chegar às pessoas comuns e, em muitos casos, as mulheres estão a assumir a liderança.



O caminho em frente estará obstruído por problemas económicos mundiais persistentes. Muitos países do SUN enfrentam crises recorrentes que conduzem a uma insegurança alimentar prolongada e altos níveis de subnutrição crónica devido a um aumento da frequência de fenómenos climáticos adversos.

Entre estas dificuldades, os países do SUN têm demonstrado que as abordagens unificadas à nutrição, particularmente aquelas que capacitam as mulheres, podem produzir resultados notáveis.

Em resposta à crise alimentar na região de Sahel na África Ocidental, por exemplo, o Níger apresentou um grande progresso na promoção de programas de nutrição infantil eficazes - salvando muitas vidas, e aumentando a probabilidade de que essas comunidades estarão numa melhor posição para suportar a crise seguinte.

A nutrição está a tornar-se numa característica central no diálogo mais extenso sobre desenvolvimento e direitos humanos. Proteger o direito a uma nutrição adequada é cada vez mais visto como uma responsabilidade fundamental dos governos e agentes de desenvolvimento, e a linguagem da nutrição apresenta um número crescente de campanhas contra a desigualdade.

Este relatório contém exemplos encorajadores daquilo que uma boa política e compromisso político podem alcançar. O desafio agora é espalhar esta mensagem, apoiar e sustentar mais sucessos, e ter a coragem de adaptar-se conforme necessário.

Um tipo de movimento único

Nos últimos dois anos, o SUN surgiu como uma forma única de movimento - impulsionado tanto de forma descentente como ascendente. É um movimento ascendente, na medida em que abrange uma multiplicidade de grupos da sociedade civil, cujas ideias e determinação foram essenciais para colocar a nutrição no mapa. É um movimento descendente, na medida em que tem sido impulsionado pelo compromisso de intervenientes políticos de alto nível para efectuar a mudança.

É também um movimento liderado pelo país: com efeito, cada um dos 28 países do SUN contém os seus próprios Movimentos nacionais, que estão a unir forças entre si a uma escala global para uma promoção conjunta e apoio mútuo. O SUN é extremamente diversificado, abrangendo intervenientes de todo o mundo, provenientes de uma ampla gama de sectores e disciplinas.

O SUN é também pragmático: os seus membros não são motivados por afirmações retóricas ou posicionamento político, mas sim pela produção de provas e demonstração de resultados. As Redes de Apoio ao SUN, Grupo de Liderança e Secretariado existem para apoiar os países nos seus esforços. Ou estes são bem sucedidos, ou o Movimento não acrescenta qualquer valor.

É melhor imaginar o SUN como uma grande tenda, concebida para criar o espaço político onde uma grande variedade de grupos pode actuar de forma eficaz e conjuntamente para reduzir a desnutrição. Fornece tanto um sentido de orientação como uma fonte de apoio de modo que os intervenientes nacionais possam dar vida aos seus sonhos. É um verdadeiro esforço colectivo, e já está a mostrar resultados.

PRINCÍPIOS DE COMPROMISSO

- **Ser transparente em relação ao impacto**
- **Ser abrangente**
- **Ser baseado em direitos**
- **Estar disposto a negociar**
- **Ser mutuamente responsável**
- **Ser rentável**
- **Ser continuamente comunicativo**

Os países SUN em revista

Mais nove países aderiram ao movimento SUN no último ano aumentando o número de 19 em Setembro de 2011 para 28 em Setembro de 2012. O número de crianças com atraso no crescimento nestes países que irão potencialmente beneficiar com o SUN aumentou de 29,9 milhões em Setembro de 2011 para 52 milhões em Setembro de 2012. Só na Nigéria e Indonésia, que aderiram ao movimento SUN no último ano, habitam 18,1 milhões de crianças com atraso no crescimento. Os países realçados a vermelho na tabela a seguir são aqueles que aderiram ao movimento neste último ano.

País SUN	Empenho governamental para com o SUN (Data da carta enviada para o Coordenador SUN)		Número de crianças com atraso no crescimento (milhões)
	Setembro de 2011	Setembro de 2012	Setembro de 2012
Bangladeche	Pendente		6,0
Benim		12 de Setembro de 2011	0,7
Burkina Faso	28 de Junho de 2011		1,1
Etiópia	Pendente		5,3
Gâmbia	18 de Julho de 2011		0,1
Gana	25 de Março de 2011		0,8
Guatemala	7 de Dezembro de 2010		1,1
Haiti		11 de Junho de 2012	0,3
Indonésia		22 de Dezembro de 2011	7,0
República Quirguiz		7 de Dezembro de 2011	N/A
RDP do Lao	25 de Abril de 2011		0,3
Madagáscar		28 de Fevereiro de 2012	1,7
Malawi	15 de Março de 2011		1,3
Mali	24 de Março de 2011		0,8

País SUN	Empenho governamental para com o SUN (Data da carta enviada para o Coordenador SUN)		Número de crianças com atraso no crescimento (milhões)
	Setembro de 2011	Setembro de 2012	Setembro de 2012
Mauritânia	19 de Março de 2011		0,1
Moçambique	31 de Agosto de 2011		1,7
Namíbia		16 de Setembro de 2011	0,1
Nepal	5 de Março de 2011		1,4
Níger	14 de Fevereiro de 2011		1,5
Nigéria		14 de Novembro de 2011	11,1
Peru	19 de Novembro de 2010		0,7
Ruanda		22 de Dezembro de 2011	0,8
Senegal	6 de Junho de 2011		0,6
Serra Leoa		16 de Janeiro de 2012	0,3
Tanzânia	5 de Junho de 2011		3,5
Uganda	17 de Março de 2011		2,2
Zâmbia	22 de Dezembro de 2010		1,0
Zimbabué:	6 de Junho de 2011		0,5

CAPÍTULO 2 - PROGRESSO DO PAÍS

Vinte e oito países já aderiram ao Movimento SUN, nos quais habitam mais de 50 milhões de crianças com idade inferior a 5 anos que sofrem de um atraso no crescimento. Isto representa mais de um quarto de todas as crianças com atraso no crescimento do mundo (cerca de 200 milhões). Devido a este compromisso, e ao envolvimento pessoal de muitos líderes de países do SUN, milhões de crianças têm uma oportunidade para uma vida melhor; ainda mais se incluirmos outros países, que se juntarão futuramente ao SUN, que promovem uma abordagem mais abrangente à nutrição.

Os países do SUN enfrentam actualmente a perspectiva de melhorias dramáticas no bem-estar individual, bem como benefícios significativos a nível financeiro e de crescimento económico. Mas o caminho daqui até lá exigirá mais do que apenas compromisso político: é também necessário um nível sem precedentes de análise daquilo que funciona e não funciona, e quais as formas de organização que fomentam o sucesso.

2.1. Estabelecer medidas para o sucesso

O impacto é o ponto fulcral da missão do SUN. Ou os países do Movimento demonstram um aumento de reduções nos níveis de atraso no crescimento, anemia e baixo peso à nascença, ou o Movimento falha.

Mas os indicadores de nutrição não contam a história toda. Os membros do Movimento SUN também têm como objectivo compreender de que forma os países estão a construir os sistemas necessários para combater a desnutrição: o modo como grupos diversos estão a unir esforços em plataformas partilhadas, que leis estão a ser aprovadas, que programas estão a ser implementados, e que quantidade de dinheiro está a ser gasta.

2011-2012 forneceu um começo essencial para este processo. Os países do SUN concordaram em avaliar o seu progresso em quatro áreas principais: i) criação de um espaço comum no qual os diversos intervenientes podem tomar medidas eficazes para fomentar a nutrição (uma plataforma multi-sectorial, com múltiplos intervenientes), ii) garantia da existência de uma política coerente e quadro jurídico para a nutrição, iii) alinhamento de programas de nutrição em torno de um conjunto partilhado de objectivos e iv) mobilização e acompanhamento de recursos com um impacto na nutrição.

Este capítulo é uma primeira tentativa em mostrar como estes dados podem ser reunidos, de modo a fornecer um ponto de referência mediante o qual o progresso futuro pode ser avaliado.

Indicador I. Trazer as pessoas para um espaço partilhado de acção

O primeiro conjunto de indicadores aborda os esforços em trazer diferentes intervenientes para um espaço partilhado, onde podem alinhar as suas actividades e tomar decisões conjuntas sobre acções. Ao aderir ao Movimento SUN, cada país indica um ponto focal SUN do interior do governo, e identifica uma plataforma com múltiplos intervenientes que reúne os agentes necessários para combater eficazmente a desnutrição - tais como ministérios operacionais, grupos da sociedade civil, doadores, empresas, a ONU e a comunidade académica.

Os países adoptam uma série de abordagens, e o SUN não pretende apoiar qualquer modelo específico. Esta plataforma pode localizar-se sob a alçada do primeiro-ministro ou presidente, de uma entidade independente que reporta a um ministério operacional, um departamento dentro de um ministério operacional, ou um ministério coordenador superior. Ao nível de trabalho, há quase sempre uma representação intersectorial do governo, e a participação de doadores, agências da ONU e organizações da sociedade civil.

Plataformas eficazes de múltiplos intervenientes tendem a apresentar um forte grau de liderança governamental, e as evidências sugerem que um nível elevado de compromisso político pode facilitar a coordenação entre os ministérios operacionais. Ao mesmo tempo, as plataformas eficazes devem ter a adesão de outros parceiros, e sistemas para garantir responsabilização mútua.

Onze países posicionaram a sua plataforma com múltiplos intervenientes no gabinete do presidente ou primeiro-ministro. Isto confere ao organismo a autoridade executiva que incentiva os ministérios operacionais, as instituições nacionais e os órgãos governamentais locais a empreender acções unificadas para a fomentação da nutrição.

Nove países posicionaram a sua plataforma dentro de um ministério operacional, mas com a autoridade para aceder a outros ministérios operacionais, através de um memorando de entendimento. Este sistema apela ao apoio político de alto nível para garantir uma colaboração tranquila entre os sectores.

PLATAFORMA DE MÚLTIPLOS

PODER EXECUTIVO

Benim
Gâmbia
Gana
República Quirguiz
Madagáscar
Malawi
Mali
Namíbia
Senegal
Tanzânia
Uganda

MINISTÉRIOS OPERACIONAIS

Bangladeche
Burkina Faso
Etiópia
Indonésia
Moçambique
Nepal
Niger
Peru
Ruanda

ÓRGÃO INDEPENDENTE

Guatemala
Haiti
Mauritânia
Zâmbia
Zimbabué

PLANEADO

RDP do Lao
Nigéria
Serra Leoa

Cinco países criaram uma comissão ou conselho independente, com a capacidade de convocar sectores relevantes a nível nacional e subnacional. Esta independência pode aumentar a credibilidade do organismo em alguns cenários, especialmente quando beneficia de apoio político do mais alto poder executivo.

Aquando da elaboração deste documento, 27 dos 28 países do SUN tinham nomeado Pontos Focais SUN - entidades influentes de alto nível com a capacidade de impulsionar mudanças a nível nacional e coordenar com financiadores e organizações externas.

Em todos os países há um aumento do nível de apoio e representação de outros intervenientes. Em 22 países foram nomeados convocadores de doadores para assegurar uma abordagem coesa e sensível à questão da nutrição entre os principais doadores do país. A ONU estabeleceu uma coordenação através da parceria REACH em 13 países. O Capítulo 4 irá explorar a emergência de redes de intervenientes em maior pormenor.

HISTÓRIAS DO SUN

Como uma iniciativa da sociedade civil impulsionou a mudança no Peru

Em 2005, o Peru ainda tinha uma das maiores taxas de desnutrição infantil da América Latina, apesar do aumento do crescimento económico e de programas governamentais como “Um bom começo na vida”, que foi implementado pelo Ministério da Saúde, USAID e UNICEF. Em 2006 ocorreu uma mudança radical; e, durante os cinco anos seguintes, a desnutrição diminuiu de 23% para 18% a nível nacional, e ainda mais depressa nas áreas rurais - de 40% para 31%.

Andrés Mejía Acosta, membro do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, propôs-se a descobrir porquê. Chegou à conclusão de que a chave era o estabelecimento de uma poderosa aliança de ajuda internacional e organizações da sociedade civil, denominada Iniciativa de Nutrição Infantil (CNI). Esta mudou o diálogo político de maneiras fundamentais.

A CNI, liderada pela CARE-Peru, reconheceu que a desnutrição tinha muitas causas, e pressionaram o governo para tornar as suas políticas mais coesas. Dramaticamente, convenceu 10 candidatos presidenciais a assinar um acordo político para reduzir a subnutrição crónica em 5% no espaço de cinco anos. A CNI forneceu um espaço de coordenação, reunindo parceiros que trabalham em várias actividades - incluindo educação, saneamento, distribuição de micronutrientes - e “uma oportunidade para concentrar esforços naquilo que funciona?”, afirma o Dr. Mejía.

Após as eleições, a CNI elaborou um plano de acção de 100 dias para Alan García, o candidato vencedor, que se comprometeu por parte do seu governo a reduzir a subnutrição em 9%. A CNI também envolveu governantes regionais e outros aliados, como o Banco Mundial. “Através destes actos públicos de influência política,” afirma o Dr. Mejía, “a CNI assegurou o compromisso a longo prazo das elites políticas em avançar esforços políticos no combate à desnutrição.”

Quando Ollanta Humala se tornou presidente em 2011, prometeu continuar o compromisso para com a nutrição. As acções incluíram a criação de um novo Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social (MIDIS), com um mandato específico para coordenar agências governamentais, o sector privado e a sociedade civil de modo a reduzir a subnutrição crónica infantil em 10%. Em 2012, Nadine Heredia, a Primeira-Dama do Peru, foi nomeada para o Grupo de Liderança do SUN.

Indicador II. Garantir uma política coerente e um quadro jurídico

i) Estratégia e política de nutrição

Quase todos os países do SUN implementaram uma nova política de nutrição desde 2008, quando uma série de artigos publicados na revista médica Lancet iniciou um novo diálogo global sobre nutrição. Estas variam, contudo, mais amplamente, no seu nível de preparação dos planos de nutrição orçamentados. Dezassete países têm um plano orçamentado implementado, em três estes planos estão a ser finalizados, em dois estão a ser analisados e em três países os planos orçamentados ainda estão a ser desenvolvidos.

Dezessete países implementaram políticas de alimentação e nutrição, incluindo a Mauritânia, Bangladeche, Moçambique, Nepal, Ruanda e Uganda. Cinco adoptaram especificamente uma abordagem de planeamento multi-sectorial. Quase todos os países do SUN indicaram ter políticas específicas a nutrição que abrangem amplamente a promoção de boas práticas nutricionais, fornecem um quadro de referência para o fornecimento de micronutrientes e abordam o tratamento terapêutico da subnutrição aguda entre crianças. A maioria dos países tem também orientações específicas implementadas para prevenir ou tratar a subnutrição em pessoas que vivem com VIH/SIDA. A diversidade de documentos sobre políticas actualizadas disponíveis nos países do SUN mostra a extensão do trabalho realizado para garantir que existe um contexto político coerente para intervenções ou programas específicos sobre nutrição.

«Melhorar a nutrição tem um impacto profundo no desenvolvimento e estabilidade económicos a longo prazo de um país.»

Samuel Worthington,
Presidente da InterAction,
Maio de 2012

ii) Estratégias e políticas sectoriais actualizadas relevantes para a nutrição

Os objectivos de nutrição foram explicitamente incluídos na maioria das estratégias e políticas de desenvolvimento nacionais ou de redução de pobreza recentemente actualizadas, ou nas novas políticas em sectores relevantes para a nutrição - como a agricultura, segurança alimentar, protecção social e educação.

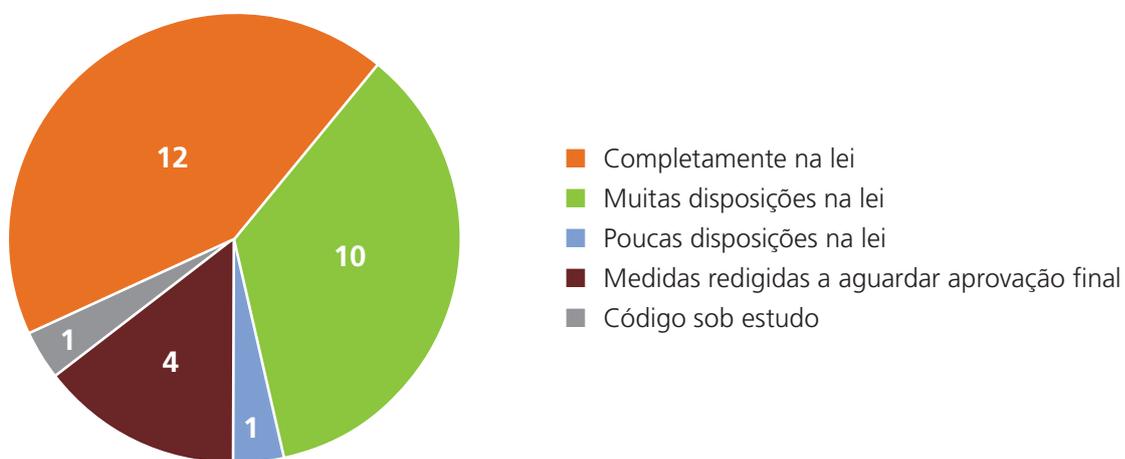
A maioria dos países actualizou as políticas de desenvolvimento, e 10 deles abordam especificamente a redução da pobreza. A Gâmbia, Madagáscar, Níger, Nigéria e Uganda têm políticas específicas de género sobre a participação e capacitação das mulheres em desenvolvimento. As políticas mais actualizadas na agricultura e segurança alimentar mostram uma visão abrangente dos sistemas alimentares com atenção dada à pesca, pecuária e recursos naturais. Todos os países actualizaram as políticas de saúde; metade já o fez desde 2010. Algumas novas políticas de saúde abordam especificamente questões como seguro de saúde universal, seguro de parto e saúde reprodutiva; e alguns ligam explicitamente os serviços de saúde e sociais. Quinze países têm políticas de protecção social, aprovadas maioritariamente desde 2010. Estas políticas visam principalmente o bem-estar das mulheres, crianças e jovens, e são promulgadas por uma grande variedade de ministérios dependendo do país. Dos 20 países com políticas de educação actualizadas, metade têm políticas específicas para regulamentar a nutrição e a saúde, ou abordar a educação de raparigas.

iii) Legislação sobre nutrição

Muitos países do SUN estão a estabelecer leis sobre a base das estratégias nacionais apoiadas pelo governo para a alimentação e nutrição. As áreas relevantes de legislação incluem: 1) um quadro legal para regular a qualidade e comercialização dos substitutos do leite materno, 2) leis vigentes sobre a licença de maternidade, de modo a permitir a uma mãe o tempo e espaço para o aleitamento do seu bebé e introduzir alimentos nutritivos e apropriados após seis meses, 3) padrões de enriquecimento alimentar destinados a aumentar as quantidades de micronutrientes nas dietas de mães e crianças.

A análise inicial mostra que quase todos os países do SUN que apoiaram estratégias nacionais pelo menos iniciaram leis nas três áreas, mas que existe uma variedade considerável no progresso da legislação.

Estado legislativo do Código Internacional da Comercialização de Substitutos do Leite Materno

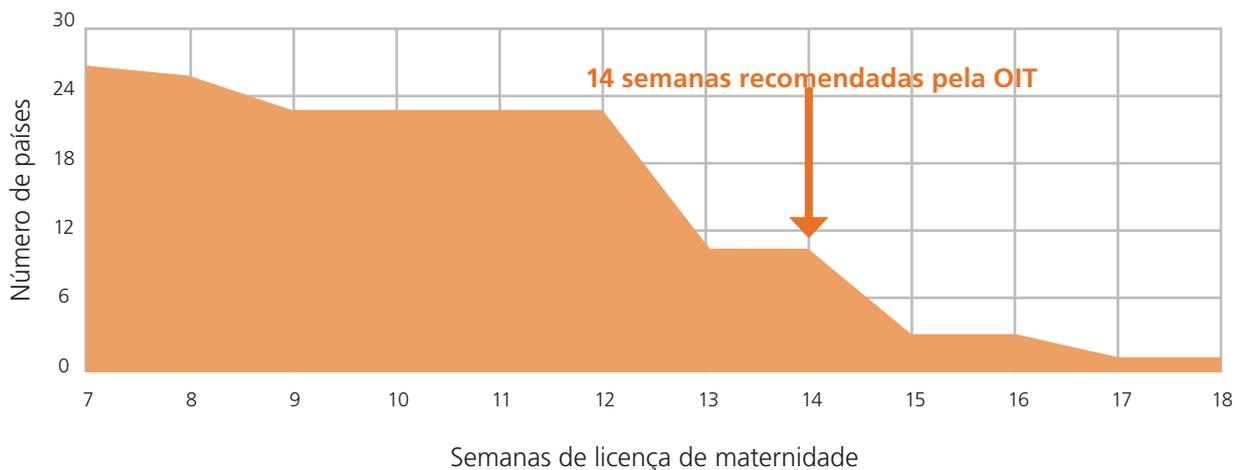


Fonte : Fonte: relatório de estado sobre a implementação do Código Internacional da Comercialização de Substitutos do Leite Materno e de resoluções posteriores da Assembleia Mundial de Saúde (WHA) relacionadas; Junho de 2012

1) Quase metade dos países do Movimento SUN têm agora o pacote completo de legislação relativa à comercialização de substitutos do leite materno. E um em cada três colocou muitas disposições em vigor. Outro quarto dos países do SUN iniciou o processo legislativo, mas encontra-se numa fase muito inicial do processo. Metade dos 28 países do SUN informaram se possuem um mecanismo para monitorizar violações à legislação e, desses 28, nove têm um sistema em pleno funcionamento, dois a funcionar parcialmente, e três sem funcionar.

2) Quase todos os países do SUN estabeleceram a licença de maternidade, e a maioria com salário completo, pelo menos durante a primeira parte dessa licença. Contudo, os períodos previstos variam consideravelmente, desde 52 dias (sete semanas e meia) até mais de 18 semanas. Apenas 11 países do SUN atribuíram 14 semanas ou mais para a licença de maternidade, que é o mínimo recomendado pela Organização de Trabalho Internacional.

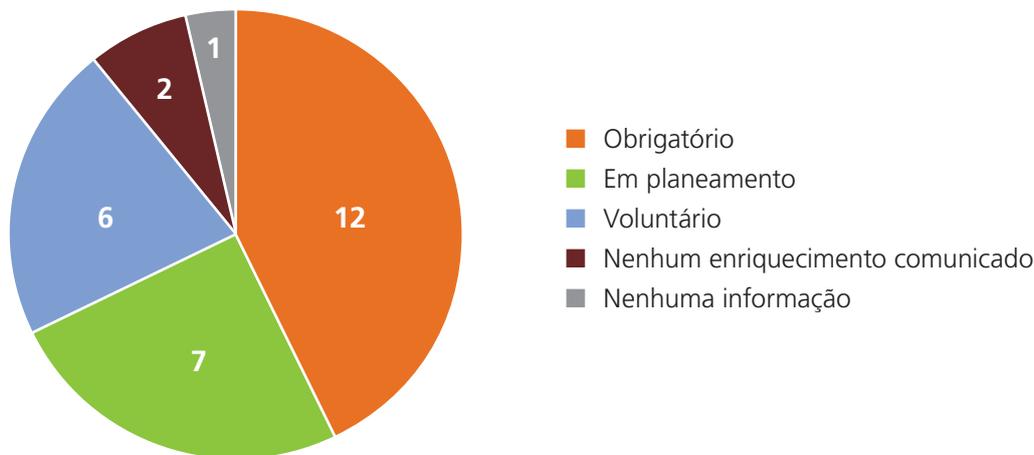
Licença de maternidade nos países SUN



Fonte: Maternidade no trabalho: uma revisão da legislação nacional / Organização Internacional do Trabalho, Seção de Condições de Trabalho e Emprego, Segunda edição, Genebra: OIT, 2010.

3) A nível mundial, 76 países exigem o enriquecimento de um ou mais tipos de farinha de trigo com ferro ou ácido fólico. Doze países do Movimento SUN têm agora o enriquecimento obrigatório das farinhas de trigo, enquanto que sete países encontram-se em fase de planeamento. Seis países adicionais estão a incentivar o sector privado a aplicar o enriquecimento voluntário. A Nigéria tem enriquecimento obrigatório para o trigo e para a farinha de milho. A Indonésia está a incentivar o enriquecimento do arroz subsidiado para os pobres.

Enriquecimento de farinha de trigo em países SUN



Fonte: Flour Fortification Initiative, www.sph.emory.edu

Indicador III. Alinhamento de programas em torno de objectivos comuns

Apenas através do alinhamento de programas em torno de objectivos comuns, os países do SUN conseguirão melhorar a nutrição de uma forma sustentável, em grande escala. Os programas podem visar especificamente resultados nutricionais, ou ser concebidos para outros objectivos primários com sensibilidade às necessidades nutricionais. O SUN visa incentivar os intervenientes a negociar e reunir-se em torno de um quadro de resultados comum, o qual pode ajudá-los a atribuir recursos de forma eficaz, empreender acções conjuntas e visar a resolução de lacunas. Esta é uma actividade política, informada por recomendações técnicas, e requer um elevado nível de adesão e apoio. Poderia assumir a forma de um pacto, de um memorando de entendimento ou de um plano de implementação orçamentado.

Os exemplos incluem “Crecer para Incluir” no Peru, “Hambre Zero” na Guatemala, e o “feuille de route” no Níger. Outros países que têm utilizado esta abordagem são o Nepal, Ruanda, Madagáscar e Serra Leoa.

i) Intervenções específicas sobre nutrição

São 13 intervenções de alto impacto incluídas no Quadro do SUN, e definidas na série Lancet de 2008. Estão agrupadas em três categorias principais - boas práticas de nutrição, o fornecimento de micronutrientes, e o tratamento da desnutrição aguda. O Banco Mundial estimou um custo adicional de 11,6 mil milhões de dólares norte-americanos por ano para escalar estas intervenções da cobertura actual para cobertura total, de modo a reduzir significativamente a desnutrição em 36 países muito atingidos.

Os países do SUN estão a reportar um aumento significativo nas intervenções integradas de nutrição, saúde e saneamento baseadas na comunidade, em consonância com os compromissos políticos nacionais e internacionais para uma maior cobertura. Para garantir a sua sustentação, a nutrição baseada na comunidade está cada vez mais ancorada nas agendas de desenvolvimento local.

Os países que têm ampliado significativamente as boas práticas nutricionais utilizando uma abordagem baseada na comunidade incluem o Bangladeche, Etiópia, Gâmbia, Haiti, Indonésia, Madagáscar, Malawi, Nepal e Ruanda. Estes incluem a Baby Friendly Community Initiative (iniciativa comunitária amiga do bebé)

na Gâmbia, o que está a ser ampliada em 691 de 1963 comunidades, o programa Community-Based Nutrition (nutrição baseada na comunidade) na Etiópia, o Kore Famni no Haiti e estratégias de comunicação de mudança comportamental em todos os distritos do Malawi.

Intervenções nutricionais como o suplemento de vitamina A para crianças entre 6 e 59 meses e a desparasitação para crianças entre 12 ou 24 e 59 meses já estão implementadas em grande escala em todos os países do SUN. Os desafios comuns continuam a ser assegurar a cobertura em áreas de difícil alcance. A maioria dos países do SUN implementaram campanhas semestrais que incluem uma gama de serviços essenciais de saúde como imunização, fornecimento de redes tratadas para combater a malária, rastreio da subnutrição aguda e outras doenças infantis comuns e, em alguns casos, aconselhamento voluntário e testes de VIH/SIDA.

Em todos os países do SUN os cuidados pré-natais para mulheres grávidas incluem um suplemento de rotina de ferro e ácido fólico durante a gravidez. Os serviços de cuidados infantis incluem o fornecimento de micronutrientes de rotina para todas as crianças e proporcionam uma oportunidade para a detecção precoce e tratamento de deficiências de micronutrientes.

Em muitos países - incluindo Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger, Zimbabué e, mais recentemente, Serra Leoa e Gâmbia - ocorreu uma ampliação significativa do tratamento da subnutrição aguda grave. Tratamento iniciado principalmente como resposta de emergência às crises alimentares; os factores da ampliação bem sucedida foram um compromisso governamental para garantir uma cobertura completa, e maior sensibilidade à questão da nutrição em serviços ambulatoriais e de internamento recorrendo a postos de saúde e programas de envolvimento comunitário. O Bangladesh está a liderar o tratamento da subnutrição aguda grave no seu programa de nutrição nacional baseado na comunidade, ao passo que a Nigéria está a expandir o tratamento nos estados a norte onde existe o maior número de casos de subnutrição aguda. A Indonésia já desenvolveu directrizes nacionais para o tratamento da subnutrição aguda grave recorrendo a trabalhadores da linha da frente na área da saúde.

ii) Estratégias sectoriais sensíveis à questão da nutrição

A implementação de estratégias sectoriais que contribuem para a melhoria da nutrição das crianças e das suas famílias é cada vez mais vista como o principal meio de abordar as causas subjacentes à má nutrição. Muitos sectores diferentes contribuem para alcançar melhores resultados nutricionais, e os seguintes são particularmente importantes: agricultura ou segurança alimentar, protecção social, educação, saúde pública, água e saneamento, desenvolvimento nacional ou alívio da pobreza. Os países do SUN estão a reunir dados adicionais para definir melhor as estratégias de desenvolvimento sensíveis à questão da nutrição e acompanhar o seu impacto.

Diversos países, incluindo Bangladeche, Etiópia, Haiti, Nepal, Ruanda e Serra Leoa indicaram que esperam melhorar os resultados da nutrição através do seu aumento de investimento na agricultura. Exemplos incluem o Programa de Comercialização para Pequenos Produtores na Serra Leoa, o Programa de Crescimento Agrícola na Etiópia, as Transferências de Tecnologia para Pequenos Agricultores no Haiti, e o Projecto de Aumento da Segurança Alimentar no Nepal. Estes fornecem oportunidades aos intervenientes do sector agrícola para se envolverem activamente em programas de desenvolvimento da nutrição.

Muitos países começaram a combater as causas subjacentes expandindo os programas escolares de alimentação (que incluem Benim, Gâmbia, Gana, Namíbia, Peru, Ruanda e Uganda). Na Gâmbia e na Etiópia, foram efectuadas tentativas específicas para melhorar a saúde e educação nutricional no currículo escolar.

O âmbito dos programas de protecção social está a aumentar no Bangladeche, Etiópia, Guatemala, Indonésia, Peru e Zimbabué. Muitos países têm aumentado os rendimentos dos pequenos produtores alimentares associando-os a programas de protecção social e alimentação escolar. Esta associação é defendida pelo esquema "Purchase for Progress" (compras pelo progresso) apoiado pelo Programa Alimentar Mundial em 13 países do SUN: RDP do Laos, Etiópia, Gana, Burkina Faso, Mali, Malawi, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Guatemala.

A Indonésia embarcou em vários programas importantes de protecção social ligados à saúde, como o Community Health Protection (Jamkesmas), e Health Insurance for Safe Delivery (Jampersal).

Na Mauritânia e no Senegal, a segurança alimentar e nutricional estão estreitamente ligadas através do fornecimento de alimentos enriquecidos e educação nutricional direccionado a crianças e mulheres grávidas e lactantes.

Um importante factor de sucesso na rápida expansão da nutrição é a existência de uma rede de trabalhadores da linha da frente na área da saúde, capaz de alcançar a comunidade com um pacote de intervenções de nutrição e saúde essenciais. Exemplos incluem a Etiópia, Indonésia, Nepal, Ruanda, Moçambique e Madagáscar.

Na resposta de emergência à crise no Níger, e outras áreas afectadas no Sahel, a prevenção e tratamento da subnutrição aguda está a ser claramente associada às intervenções WASH (Água, Saneamento e Higiene), e à protecção e promoção da alimentação materna, infantil e de jovens.

PROGRAMAS SENSÍVEIS À QUESTÃO DA NUTRIÇÃO NOS PAÍSES DO SUN	
Sectores	Actividades sensíveis à questão da nutrição
Redução da pobreza / Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar a obtenção de resultados em nutrição no centro das estratégias de crescimento equitativo • Maximizar a aceitação de culturas alimentares enriquecidas através de subsídios inteligentes • Assegurar que todas as pessoas conseguem exercer o seu direito de acesso a água potável
Agricultura e Segurança alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Visar o aumento da produtividade de pequenos produtores e rendimentos • Certificar-se de que estão disponíveis alimentos nutritivos acessíveis e seguros aos consumidores em mercados locais, durante todo o ano • Diversificar a produção de alimentos nutritivos para aumentar a resistência e a sustentabilidade • Minimizar desperdícios em toda a cadeia de valor desde a produção até à utilização
Protecção social	<ul style="list-style-type: none"> • Visar a focalização equitativa - considerar a segmentação por grupos de subsistência • Criar um sistema de amortecimento de choques – considerar tipo, dimensão, frequência e regularidade das transferências • Integrar o acesso a e utilização de serviços essenciais (saúde, educação e produção) – considerar condicionalidade
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Investir em cuidados e desenvolvimento na primeira infância (idade pré-escolar) • Capacitar os alunos das escolas como agentes de mudanças positivas de comportamentos referentes a nutrição e saúde • Maximizar a eficiência e sustentabilidade da alimentação escolar com alimentos base enriquecidos e alimentos frescos de mercados locais
Saúde pública	<ul style="list-style-type: none"> • Investir em trabalhadores da linha da frente na área da saúde para todas as comunidades de modo a acederem a um pacote mínimo de serviços essenciais de saúde e nutrição, incluindo água potável e saneamento básico para prevenção contra a diarreia • Institucionalizar o tratamento para a subnutrição aguda grave (pacientes ambulatoriais e internados) nos serviços de saúde de rotina • Melhorar os serviços de planeamento familiar e saúde reprodutiva, especialmente para adolescentes - visar a redução da gravidez em adolescentes e pelo menos três anos entre nascimentos

HISTÓRIAS DO SUN

União dos programas da Etiópia em torno de objectivos comuns

Em 2005, o segundo inquérito de saúde e demografia da Etiópia revelou um facto surpreendente: que a subnutrição crónica teve maior incidência nas suas regiões de maior produção agrícola.

Os nutricionistas soaram o alarme, e em 2008 o Vice-Primeiro-Ministro lançou um Programa (PNN) e Estratégia Nacional de Nutrição (NNS), apelando a diferentes sectores para uma coordenação mais eficaz. Meia década depois, a Etiópia tornou-se um líder mundial ao unificar a sua abordagem à desnutrição.

Abriu o caminho através da criação de programas em grande escala para lidar com a segurança alimentar e sanitária. Em 2008, estabeleceu um programa nacional para a Gestão Comunitária da Subnutrição Aguda (CMAM), com 34.000 trabalhadores na área da saúde em 10.000 postos de saúde. Outros programas incluem o programa de Nutrição Comunitária (CBN) em 350 distritos; e um programa de desparasitação que abrange 11 milhões de crianças e 700.000 mulheres grávidas e lactantes.

A Etiópia ajuda também 8 milhões de pessoas a aumentar a resistência à seca através do seu Programa de Rede de Segurança Produtiva, com 60.000 trabalhadores de extensão agrícola. A sua eficácia foi comprovada em 2011, quando a seca resultou em fome na vizinha Somália, no entanto teve um impacto muito menos devastador na Etiópia. Mas estes programas foram realizados em separado, por especialistas em agricultura, em saúde, ou trabalhadores de socorro de emergência. Por esse motivo, a Etiópia decidiu, no ano passado, reunir todos os intervenientes em questões de nutrição sob o mesmo tecto.

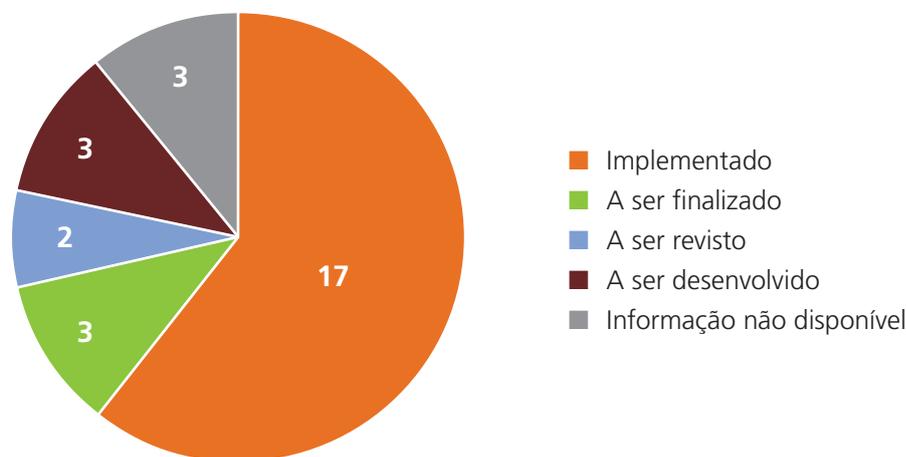
Os ministros de estado de agricultura, saúde, educação, água, energia, indústria e finanças agora reúnem-se a cada três meses. Houve compromissos ao mais alto nível para garantir uma melhor adaptação do Programa de Rede de Segurança Produtiva a questões de nutrição, e estão em curso acções de formação conjunta dos Trabalhadores de Extensão Agrícola e Saúde, para harmonizar a prestação de serviços sensíveis e específicos sobre nutrição a nível comunitário. “Sentamo-nos e conversamos sobre formas de trabalho conjunto,” afirma Ferew Lemma, do Ministério da Saúde, e Facilitador REACH. O Movimento SUN tem ajudado a ligar as pessoas e a direccionar mais recursos para a nutrição, mas “a ideia já lá estava; era uma questão de criar a partir dela, e construir o trabalho,” afirma o Sr. Lemma.

Indicador IV. Mobilização de recursos e acompanhamento financeiro

Mobilizar os fundos necessários para expandir a nutrição, e acompanhá-los, surgiu como uma prioridade para o progresso futuro. Até à data, existe maior clareza sobre o investimento em intervenções específicas sobre nutrição; foram feitos menos progressos em relação aos esforços para acompanhar o financiamento de intervenções sensíveis a questões de nutrição. Em ambos os casos, os países com plataformas de nutrição com múltiplos intervenientes e um quadro de resultados comum implementados consideraram mais fácil fornecer informações sobre investimentos.

A Tanzânia, por exemplo, está a realizar a sua primeira Análise da Despesa Pública em Nutrição em colaboração com o Banco Mundial. O trabalho de campo será iniciado em breve.

Países SUN com plano de nutrição orçamentado



Fonte: fichas dos países do SUN, perfis dos países (países da África Ocidental) e informações de países durante as teleconferências da Rede de Países do SUN

No início de 2012, foi criado o Fundo Fiduciário de Múltiplos Parceiros (MPTF) do SUN a pedido dos parceiros para desembolsar os fundos catalíticos em apoio ao Movimento SUN através de uma via clara e transparente. O MPTF do SUN fornece um mecanismo para analisar propostas, desembolsar subsídios e identificar grupos preparados para apoiar a implementação. A Suíça, Irlanda e Reino Unido juntaram os seus recursos para apoiar as acções prioritárias dos intervenientes no Movimento SUN. O fundo é um mecanismo temporário que suplementa o financiamento nacional quando outros fundos não estão facilmente disponíveis. O MPTF do SUN abrange três áreas:

1. Suporte para mobilizar o apoio da sociedade civil em países do SUN;
2. Suporte aos países do SUN para galvanizar os seus compromissos para com os princípios do Movimento; e
3. Suporte para esforços estratégicos globais do SUN.

O ênfase até à data tem sido o apoio da Rede da Sociedade Civil, com 2,8 milhões de dólares norte-americanos a serem atribuídos a sete alianças da sociedade civil nos países SUN para melhor interagir com governos e intervenientes no âmbito de esforços para fomentar a nutrição. Parceiros das Nações Unidas, do PAM, REACH, OMS e UNOPS, estão a facilitar a desembolso dos montantes. O MPTF do SUN é administrado por um Comité de Administração de doadores contribuintes, participando nas organizações das Nações Unidas e no Gabinete do Fundo Fiduciário de Múltiplos Parceiros (MPTFO) do PNUD - o órgão administrativo. As contribuições de financiamento, decisões e relatórios estão disponíveis publicamente.

2.2. Progresso nacional em relação ao fomento da nutrição

Para realçar os avanços nos quatro indicadores, e áreas em que é necessário apoio adicional, está a ser desenvolvido um novo sistema de acompanhamento no qual cada país SUN avalia o seu progresso numa escala de 1 a 4. Os países avaliarão os seus progressos continuamente para examinar os avanços com o decorrer do tempo.

As tabelas seguintes ilustram os elementos do sistema de acompanhamento, e como estes se combinam para determinar a fase geral do SUN de cada país. Países com uma plataforma eficaz para acção, uma política e um ambiente jurídico são, e programas nos diversos sectores que convergem em torno de um conjunto aceite de objectivos têm uma maior probabilidade de se encontrarem numa melhor posição para atrair e desembolsar fundos de forma mais eficaz que países que não se encontram em tão boa posição.

Progresso do país SUN através de indicadores chave

INDICADOR 1 Trazer as pessoas para um espaço partilhado de acção	INDICADOR 2 Garantir uma política coerente e um quadro jurídico	INDICADOR 3 Alinhar programas em torno de um quadro de resultados comum	INDICADOR 4 Mobilização de recursos e acompanhamento financeiro
<ul style="list-style-type: none"> • Carta do governo comprometendo-se para com o Movimento SUN; ponto focal de nível elevado do governo identificado • Plataforma de múltiplos intervenientes identificada; interacção eficaz com parceiros ao longo dos vários sectores • Parceiros na plataforma de múltiplos intervenientes a trabalhar em conjunto para apoiar prioridades do governo para fomentar a nutrição • Apoio político de nível elevado de plataforma de múltiplos intervenientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e revisão de planos e estratégias das políticas • Revisão da política finalizada • A grande maioria das políticas e leis são validadas e apoiadas • Políticas e leis utilizadas de forma efectiva para fazer avançar a nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de programas específicos de nutrição e sensíveis em termos de nutrição • Quadro de Resultados Comuns em discussão • Quadro de Resultados Comuns aceite, lacunas identificadas • Lacunas visadas de uma forma concertada 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamentação específica em relação a nutrição concluída • Compreensão de recursos financeiros para nutrição ao longo dos vários sectores • Recursos financeiros a serem alinhados e mobilizados segundo as prioridades acordadas • Recursos financeiros que visam as lacunas identificadas
<p>INDICADORES DE IMPACTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antropometria melhorada (por exemplo: redução de atraso de crescimento e de desperdício) • Deficiências de micronutrientes reduzidas • Aumento de boas práticas (por exemplo: aumento de aleitamento) • Aumento de acesso a alimentos nutritivos 			

Fases de progresso de países SUN

A tabela seguinte destaca os elementos de cada fase: é utilizada como a base a partir da qual as plataformas dos diferentes países podem avaliar o seu progresso.

FASE 1 Análise	FASE 2 Preparação para fomentação	FASE 3 Fomentação rápida para apresentar resultados	Sustentação de impacto
<ul style="list-style-type: none"> • Confirmação de apoio e liderança política ao nível executivo • Interacção com ministérios operacionais e múltiplos intervenientes • Actualização ou revisão de políticas, planos e estratégias • Análise de alinhamento entre intervenções específicas a nutrição e programas sensíveis em termos de nutrição • Análise de recursos financeiros disponíveis e necessários 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração de liderança política de nível executivo activa • Fortalecimento de plataformas de múltiplos sectores/ intervenientes para fomentar o alinhamento • Finalização de uma política coerente e um quadro jurídico • Acordo em relação a Quadro de Resultados Comum (CRF) para alinhar programas sectoriais relevantes e específicos em termos de nutrição • Alinhamento e mobilização de recursos financeiros segundo um conjunto de prioridades acordadas no CRF 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos temas por parte da liderança política a nível executivo • Plataforma de múltiplos sectores/ intervenientes eficaz e em funcionamento em termos de fomentação • Realização de quadro jurídico e política coerente bem estabelecido • Utilização do CRF acordado para assegurar que intervenções específicas de nutrição e programas e sistemas sectoriais relevantes são sensíveis em termos de nutrição • Fluxo de recursos financeiros necessário para lacunas acordadas com base num sistema de acompanhamento financeiro em funcionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança política de nível executivo duradoura • Reforço de plataformas de desempenho elevado para inovar e trabalhar de forma eficaz ao longo de vários sectores desde o nível nacional ao local • Refinamento do quadro jurídico e da política para cimentar um alinhamento multi-sectorial • Intensificação de amplitude e fomentação de intervenções específicas de nutrição e de sistemas e programas sensíveis a nutrição para assegurar uma cobertura equitativa • Certificação de que não ocorrem falhas nos recursos financeiros
<p>Quadro de Resultados Comuns cada vez mais robusto e a ser monitorizado</p>			

Exemplos de como as fases de progresso de país SUN podem ser avaliadas e compiladas

País SUN	Indicador 1				Indicador 2				Indicador 3				Indicador 4				Fase SUN
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
País A	■	■			■	■	■		■	■	■		■	■	■		3
País B	■	■	■		■	■	■	■	■	■			■	■			2 - 3
País C	■	■			■	■	■		■	■			■	■			2
País D	■				■	■			■				■	■			1 - 2
País E	■				■	■			■				■				1

HISTÓRIAS DO SUN

Trabalhar como uma equipa no Benim

No Benim, mais de um terço das crianças sofre de subnutrição crónica, com consequências irreversíveis tanto para as vidas destas como para o desenvolvimento económico do país enquanto um todo. É por esse motivo que o Benim decidiu colocar a nutrição no centro da sua política de desenvolvimento.

Era claro, contudo, que nenhum interveniente individual ia conseguir enfrentar o desafio sozinho. Foi por esse motivo que em Novembro de 2007, peritos de todo o Benim - do sector público, privado, sociedade civil, organizações locais, académicos e parceiros financeiros - se reuniram em Abomey para delinear o percurso a seguir no futuro.

Estes criaram uma visão comum que identificou claramente obstáculos e formas realísticas de os ultrapassar. Pouco tempo após este workshop em Abomey, foi estabelecido um Grupo Central no Conselho de Ministros, o qual ajudou a avançar esta agenda.

A aliança obteve resultados impressionantes, conduzindo ao lançamento de um Conselho Alimentar e Nutricional (CAN) por parte do Chefe de Estado em 2011. Durante o último ano, representantes do CAN, UNICEF, Banco Mundial, grupos da sociedade civil e a Associação de Consumidores continuaram a trabalhar como uma equipa.

“Ainda restam vários obstáculos, mas não existe qualquer dúvida de que iremos ultrapassar o nosso desafio partilhado,” afirma Jean Tossa, que lidera os esforços de nutrição do Benim. “Trabalhar em conjunto é a chave para o sucesso. Ainda não atingimos a nossa meta, mas estamos no bom caminho.”

O PERCURSO ATÉ À SENSIBILIDADE SOBRE NUTRIÇÃO

As políticas de nutrição nacionais são frequentemente desenvolvidas em torno de intervenções específicas que têm consequências directas para o estado nutricional de uma pessoa. Ainda que estas se mantenham essenciais para melhorar o bem-estar, existe um movimento em crescimento para examinar políticas e estratégias relativas às causas subjacentes de uma má nutrição - como, por exemplo, estratégias de investimento agrícola, educação infantil, saúde pública, protecção social e alívio da pobreza (por exemplo, através de alimentos em troca de trabalho ou emprego garantido) - para avaliar qual o impacto que podem ter sobre a nutrição, e como podem ser melhoradas. É designado de melhoria da sensibilidade de nutrição de estratégias de desenvolvimento.

Por exemplo, um sector agrícola bem desenvolvido pode melhorar a segurança alimentar e nutricional através do aumento do acesso por parte das pessoas a alimentos nutritivos a preço económicos, e a energia e teor energético de dietas familiares, ou indirectamente através de maiores rendimentos para os agricultores e mais dinheiro disponível para a compra de alimentos para o lar.

Investimento específico em políticas sensíveis no âmbito de nutrição, nos melhores cenários, reduz a necessidade de intervenções específicas em termos de nutrição. As ligações também podem funcionar no sentido inverso: por exemplo, melhor nutrição e saúde dos agricultores ajuda com a sua produtividade agrícola e económica.

CAPACITAÇÃO DAS MULHERES É A BASE DA SENSIBILIDADE NUTRICIONAL

A educação e o estado das mulheres contribuem de forma significativa para reduções em desnutrição infantil. Os elementos essenciais incluem:

- Protecção igual segundo a lei (herança, posse de terras, emprego)
- Oportunidades iguais para uma vida melhor (educação e saúde)
- Escolhas iguais para serem autosuficientes (serviços técnicos, financeiros e seguros)

PASSOS CHAVE PARA SENSIBILIDADE NUTRICIONAL

1. Pensar e planejar em relação a múltiplos sectores mas actuar de forma sectorial
2. Minimizar consequências negativas não pretendidas e maximizar os impactos positivos
3. Acordar um indicador relativamente a nutrição (ou indicador de representação validado) em programas sectoriais

2.3. Medição de resultados nutricionais

Em Maio de 2012, a Assembleia Mundial de Saúde defendeu um conjunto de objectivos de nutrição, com base numa análise cuidada de tendências para reduzir a desnutrição em países com bons programas. Os objectivos demonstraram um desejo por parte dos estados-membros de avançar para além do indicador de nutrição único nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (prevalência de crianças com idades inferiores a cinco anos com peso inferior ao normal), e de incidir sobre indicadores com o maior e mais persistente impacto futuramente na saúde e riqueza.

Os países também definiram as suas próprias metas de nutrição, para reflectir a sua situação específica. Não existe qualquer contradição num país ter os seus próprios objectivos específicos e defender os objectivos globais.

OBJECTIVOS DE NUTRIÇÃO GLOBAIS DA OMS

ANTROPOMETRIA MELHORADA

- **Redução de 40% no número global de crianças com idade inferior a cinco anos com atraso de crescimento até 2025.**
- **Redução de 30% de baixo peso de nascimento até 2025.**
- **Nenhum aumento de peso excessivo em crianças até 2025.**
- **Redução e manutenção de desperdício na infância a menos de 5%.**

DEFICIÊNCIAS DE MICRONUTRIENTES REDUZIDAS

- **Redução de 50% de anemia em mulheres de idade reprodutiva até 2025.**

AUMENTO DE BOAS PRÁTICAS

- **Aumento de taxas de aleitamento exclusivas nos primeiros seis meses até pelo menos 50% até 2025.**

Durante os últimos cinco anos, quase todos os países realizaram pelo menos um inquérito nacional, com os resultados tendo sido validados e publicados. Inquéritos nacionais como o Inquérito Demográfico e de Saúde (DHS) são reconhecidos pelo Secretariado do Movimento SUN e parceiros como a fonte principal de indicadores de impacto de nutrição. Os países que não realizaram um inquérito desde 2007 incluem a República Quirguiz e a Namíbia. A Mauritânia realizou um Inquérito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS) em 2011 e o Benim um DHS no início de 2012; os dados estarão disponíveis brevemente.

i) Atraso no crescimento em crianças

Atraso no crescimento refere-se à condição em que a altura de uma criança é considerada demasiado baixa para a sua idade e é um sinal de desnutrição crónica. A maioria dos países SUN têm uma prevalência de atraso de crescimento de mais de 30%; e 13 têm uma taxa de atraso de crescimento de mais de 40%. Segundo os dados do inquérito mais recente, Haiti, Mali, Mauritânia e Peru avançaram para um valor abaixo dos 30%. Senegal e Gâmbia mantêm-se no intervalo dos 20 a 30%, apesar de aumentos recentes na prevalência de atraso de crescimento.

Prevalência de atraso no crescimento entre crianças com menos de 5 anos em países do SUN		
Atraso no crescimento Inferior a 30%	Atraso no crescimento De 30% a 40%	Atraso no crescimento Igual ou superior a 40%
Namíbia (29%, 2006-07)	Indonésia (36%, 2010)	Madagáscar (49%, 2009)
Gana (28%, 2008)	Serra Leoa (34%, 2010)*	Guatemala (48%, 2008)
Mali (27%, 2010)	Burkina Faso (34%, 2011)*	Níger (47%, 2008)
Senegal (27%, 2011)	Uganda (33%, 2011)	Malawi (47%, 2010)
Peru (24%, 2009)	Zimbabué (32%, 2010-11)	Zâmbia (46%, 2007)
Gâmbia (23%, 2010)		Etiópia (44%, 2011)
Haiti (23%, 2011-12)*		RDP do Lao (44%, 2011)
Mauritânia (18%, 2011)*		Moçambique (44%, 2008)
República Quirguiz (18%, 2005)		Ruanda (44%, 2010)
		Benim (43%, 2006)
		Tanzânia (42%, 2010)
		Bangladeche (41%, 2011)
		Nepal (41%, 2011)
		Nigéria (41%, 2008)

Fonte de dados: base de dados da OMS ou relatórios publicados de Inquéritos por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS), Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS) e inquéritos nacionais utilizando os métodos SMART. *Inquérito SMART nacional validado (todos os valores foram arredondados)

O progresso do países do SUN varia consideravelmente no que se refere à redução do atraso no crescimento. É provável que onze países continuem a registar uma redução do número de crianças com atraso no crescimento se mantiverem uma taxa de redução relativa anual superior a 2%. Em 2013, estima-se que existirão 20 milhões de crianças com atraso no crescimento nestes 11 países, tendo em consideração o crescimento anual da população e a taxa de redução relativa anual de atraso no crescimento.

Abaixo dos 2%, qualquer ganho anual na redução do atraso no crescimento é compensado pela taxa de crescimento anual da população. Se não ocorrer um forte aumento da taxa de redução de atraso no crescimento, 15 países do Movimento SUN continuarão a enfrentar o desafio anual de um aumento do número de crianças com atraso no crescimento. In 2013, the number of stunted children across these 14 countries is estimated to be around 33 million children.

Os países que registam uma taxa de redução anual de atraso no crescimento inferior a 1% e uma prevalência de atraso no crescimento superior a 40% enfrentam o maior aumento do número de crianças com atraso no crescimento, especialmente nos casos em que o crescimento anual da população for superior a 2%. Entre os países que enfrentam este desafio encontram-se Benim, Guatemala, Madagáscar, Moçambique, Nigéria e Ruanda.

Os países com taxas de redução anual de atraso no crescimento significativamente superiores a 2% e uma prevalência do atraso no crescimento superior a 30% são os que têm uma maior probabilidade de registar reduções anuais do número de crianças com atraso no crescimento - especialmente quando o crescimento da população é inferior a 2%. Os países incluídos nesta categoria são o Bangladeche, Nepal e Zimbabué. A OMS tem como objectivo atingir uma redução relativa de atraso no crescimento de 3,9% por ano entre 2012 e 2025.

Número estimado de crianças com atraso no crescimento em 2013 (com base na taxa de redução anual desde 2000 e no crescimento anual da população)		
Taxa de redução anual igual ou superior a 2%	Taxa de redução anual inferior a 2%	
	De 1% a 2%	Taxa de redução anual inferior a 1%
Mauritânia: 102.900 (6,7%)	Haiti: 285.313 (1,8%)	Guatemala: 1.072.627 (0,9%)
Gana: 825.324 (4,9%)	Indonésia: 7.966.254 (1,6%)	Senegal: 599.069 (0,8%)
Mali: 748.819 (4,5%)	Malawi: 1.339.026 (1,4%)	Nigéria: 11.319.646 (0,7%)
Bangladeche: 5.844.978 (3,1%)	Níger: 1.504.296 (1,3%)	Moçambique: 1.758.058 (0,6%)
Nepal: 1.419.282 (3,3%)	Serra Leoa: 373.427 (1,3%)	Ruanda: 864.201 (0,6%)
Burkina Faso: 858.913 (3,4%)	Tanzânia: 3.555.603 (1,1%)	Namíbia: 86.458 (0,2%)
Uganda: 2.205.813 (3,0%)		RDP do Lao: 336.844 (0,2%)
Peru: 649.317 (2,6%)		Gâmbia: 86.804 (0,09%)
Etiópia: 5.317.848 (2,5%)		Madagáscar: 1.761.188 (0,04%)
Zâmbia: 1.046.156 (2,3%)		Benim: 803.676 (-1,9%)
Zimbabué: 517.460 (2,3%)		
Total: 19.528.151	Total: 33.712.490	

Fonte de dados: base de dados da OMS ou relatórios publicados de Inquéritos por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS), Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS) e inquéritos nacionais utilizando os métodos SMART

ii) Subnutrição infantil

Subnutrição refere-se a uma criança cujo peso é demasiado baixo para a sua altura e é um indicador de subnutrição aguda. É sensível a alterações súbitas, tais como secas, aumentos do preço dos alimentos e instabilidade. O objectivo global da OMS exige aos países para que reduzam e mantenham a subnutrição infantil em menos de 5%.

Nove países do Movimento SUN indicam uma prevalência de subnutrição inferior a 5% no último estudo que realizaram, mas apenas a Guatemala, Peru e Tanzânia têm conseguido manter consistentemente o objectivo desde 2000. Outros nove países relatam uma prevalência de subnutrição superior a 10%, com maior prevalência no Bangladesh, Indonésia e Nigéria. Burkina Faso, Etiópia, Mauritânia, Moçambique, Ruanda e, em certa medida, o Malawi e a Serra Leoa têm conseguido reduzir consistentemente a prevalência de subnutrição desde 2000.

Com base na prevalência de subnutrição infantil mais recente, os países do SUN com o maior número de crianças subnutridas são a Nigéria com cerca de 3,8 milhões, a Indonésia com cerca de 3 milhões, o Bangladesh com 2,5 milhões, a Etiópia com 1,2 milhões e Madagáscar com meio milhão de crianças. Colectivamente, estes países representam cerca de 11 milhões de crianças, ou dois terços dos 15 milhões de crianças que se estima que estejam subnutridas nos países do Movimento SUN.

Prevalência da subnutrição entre crianças com menos de 5 anos em países do SUN		
Subnutrição Inferior a 5%	Subnutrição De 5% a 10%	Subnutrição Igual ou superior a 10%
Tanzânia (4,9%, 2010)	Senegal (9,8%, 2011)	Bangladeche (17,5%, 2011)
Moçambique (4,2%, 2008)	Mali (8,9%, 2010)	Madagáscar (15,2%, 2004)
Haiti (4,1%, 2011-12)*	Gana (8,7%, 2008)	Nigéria (14,4%, 2008)
Malawi (4%, 2010)	Benim (8,4%, 2006)	Indonésia (13,3%, 2010)
República Quirguiz (3,4%, 2005)	Namíbia (7,5%, 2006-07)	Níger (12,4%, 2006)
Zimbabué (3,1%, 2010-11)	Gâmbia (7,4%, 2006)	Nepal (11,2%, 2011)
Ruanda (3%, 2010)	RDP do Lao (7,3%, 2006)	Mauritânia (10,7%, 2011)*
Guatemala (1,1%, 2008)	Serra Leoa (6,9%, 2010)*	Burkina Faso (10,2%, 2010)*
Peru (0,6%, 2009)	Zâmbia (5,6%, 2007)	Etiópia (10,1%, 2011)
	Uganda (5%, 2006)	

Fonte de dados: base de dados da OMS ou relatórios publicados de Inquéritos por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS), Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS) e inquéritos nacionais utilizando os métodos SMART. *Inquérito SMART nacional validado; todos os valores foram arredondados.

PERSPECTIVAS

Ir para além do tratamento de subnutrição aguda grave - por Marie-Pierre Allié

Apesar do facto da subnutrição grave ser conhecida como sendo a forma mais letal e complexa de desnutrição, ainda afecta mais de 20 milhões de crianças em todo o mundo, tanto em países estáveis como instáveis.

Contudo, têm ocorrido avanços consideráveis no que se refere a opções de tratamento no terreno e, ao longo da última década, o desenvolvimento de modelos de cuidados no domicílio permitiu aumentar a escala de tratamento de formas inimagináveis no passado. Em 2010, por exemplo, o Níger tratou cerca de 300.000 crianças por subnutrição – mais do que as que foram tratadas num só ano no final do século XX em todo o mundo.

Mas não devemos ficar satisfeitos com modelos que apenas oferecem apoio nutricional adequado a crianças pequenas depois destas terem entrado num estado nutricional terrível. Isso não trata aspectos cruciais das causas e consequências da subnutrição. Tal como alguns países latino-americanos demonstraram, se o objectivo consiste em reduzir a subnutrição infantil – e, consequentemente reduzir a mortalidade infantil – necessitamos de tomar medidas que tenham impacto na situação nutricional das crianças e compreender que estas medidas devem fazer parte de pacotes de saúde mais ponderados e abrangentes criados à medida dos segmentos mais vulneráveis de uma determinada população.

A boa notícia é que agora podemos utilizar alimentos e suplementos altamente nutritivos que contêm leite e o equilíbrio adequado de micronutrientes essenciais para apoiar a nutrição de crianças em todas as importantes fases iniciais de desenvolvimento. No entanto, anda temos de aumentar o acesso a estes produtos e de os combinar com outros serviços de saúde essenciais, tais como esforços de prevenção, tratamento e imunização para doenças como a malária, diarreia e pneumonia. O desafio dos próximos anos consiste em encontrar formas de consolidar sistemas de fornecimento que realmente funcionem nos países onde estão a ser utilizados e um modelo económico capaz de os possibilitar e sustentar.

iii) Aleitamento materno exclusivo de bebês até seis meses

Segundo a OMS (2012), estima-se que a taxa global média de aleitamento materno exclusivo entre crianças com 0-6 meses foi que 37% para o período de 2006-2010. O objectivo da OMS exige que as taxas de aleitamento materno nos primeiros seis meses de vida sejam de pelo menos 50% até 2025. Isto implicaria um aumento relativo de 2,3% ao ano.

Com base nos estudos mais recentes, a taxa média de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses nos países do Movimento SUN é de 42%. O Ruanda tem a maior prevalência (85%), sendo seguido pelo Gana, Nepal, Peru, Uganda e Zâmbia com uma prevalência na ordem dos 60-70%, e a Etiópia, Madagáscar e Tanzânia na ordem dos 50-60%. Países com uma taxa de aleitamento materno exclusivo reduzida incluem a Mauritânia e a Namíbia (na ordem dos 20%), Burkina Faso e Nigéria (15%) e Níger (10%).

Registou-se um aumento em metade dos países do Movimento SUN, sendo este mais significativo no Malawi (até 71%), Gâmbia, Haiti, Mali, Níger, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Contudo, a tendência mostra uma variação significativa com o passar do tempo em muitos países. Os dados de 2009 mostram que, em Madagáscar, a taxa de aleitamento materno exclusivo caiu para 51%, após um rápido aumento de 41% em 2000 para 67% em 2004. No Nepal, pelo contrário, os dados de 2011 mostram que a prevalência de aleitamento materno subiu para 70%, após uma redução rápida de 68% em 2001 para 53% em 2006.

HISTÓRIAS DO SUN

Enriquecimento de farinha no Quirguistão

No final da década de 1990, Chynybai Tursunbekov foi um dos primeiros moleiros a enriquecer farinha no Quirguistão – um método comprovado de garantir que as mães e crianças pequenas obtêm os micronutrientes necessários para parar a anemia e as deficiências vitamínicas. Como tal, tornou-se um grande apoiante de uma lei de enriquecimento de farinha a nível nacional e, uma década mais tarde, foi dado o primeiro passo: uma lei de 2009 que obriga os moleiros a enriquecer a farinha principal e de primeira qualidade das reservas do governo.

Actualmente, Chynybai Tursunbekov é deputado e está a apoiar uma lei mais abrangente. Entretanto, a sua sucessora no moinho, Nurjan Tentimishova, continua a enriquecer a farinha, impulsionada pela missão da sua empresa: “A alegria de uma vida saudável.” Esta vê o enriquecimento da farinha como a sua responsabilidade social - uma contribuição para a saúde e bem-estar da população do Quirguistão.

Nos anos que decorreram desde a aprovação da lei, 30 moinhos já receberam assistência técnica para enriquecer farinha e a associação de moleiros apoiou a iniciativa. Infelizmente, em 2012, o progresso foi interrompido devido à escassez da matéria-prima no país para enriquecer a farinha. Essa escassez, que se esperava que terminasse em Setembro de 2012, serviu como um lembrete de que são necessários muitos agentes impulsionadores para obter uma política de nutrição eficaz. Assim que a escassez de matéria-prima estiver resolvida, os moleiros do Quirguistão estão bem preparados para avançarem para a fase seguinte.

CAPÍTULO 3 - PROGRESSO GLOBAL

Um novo modelo de gestão

O número de países do SUN continuou a aumentar rapidamente ao longo do último ano, passando de 19 desde o último relatório para 28 em Setembro de 2012. Ao número acrescido de países juntou-se um aumento constante do número de intervenientes envolvidos em cada país.

Para acompanhar o ritmo do seu âmbito crescente, foi preparado um estudo de gestão para a reunião de alto nível realizada em Setembro de 2011, que sondou mais de 150 pessoas.

Em Novembro de 2011, foi adoptado um estudo de gestão que propunha um mecanismo com vários intervenientes como sendo a melhor opção para dirigir o Movimento SUN. Requereu a criação de um Grupo de Liderança de alto nível, várias redes centradas em tarefas (em substituição de um sistema de grupos de trabalho anterior), um sistema de defensores do SUN com boas ligações para impulsionar a mudança em cada país, e o estabelecimento de um secretariado com vista a facilitar o trabalho do Grupo de Liderança, coordenar Pontos Focais do país, e facilitar a partilha de boas práticas e conhecimentos entre os membros do SUN. Estas estruturas ganharam forma ao longo de 2012.

Decidiu-se integrar o Movimento SUN no Gabinete do Secretário-Geral da ONU, uma decisão que conferiu legitimidade à sua abordagem organizacional inovadora. Em Abril de 2012, foram nomeados 27 líderes (ver Anexo) de diferentes sectores para o Grupo de Liderança, com o intuito de prestarem um amplo apoio e visão a seguir. Este grupo realizou a sua primeira reunião em Abril e participou numa série de debates sobre estratégia em Junho de 2012. O resultado obtido reflecte-se no documento de estratégia do SUN preparado para Setembro de 2012.

«Nunca tivemos tanto conhecimento, evidências, vontade política e envolvimento por parte de movimentos de base para fazer da subnutrição uma coisa do passado.»

Tom Arnold,
CEO da Concern Worldwide,
Maio de 2012

Do plano ao quadro estratégico

Com o intuito de fornecer informações sobre a reflexão estratégica do Movimento SUN, o Grupo de Liderança concentrou-se em sete áreas-chave, e irá continuar a assegurar que o SUN as tem em consideração em desenvolvimentos futuros.

i) Construir um quadro de responsabilização e resultados sólidos

A responsabilização mútua é o princípio fundamental que une o Movimento SUN. Para a conseguir, é necessário um quadro claro através do qual se irá avaliar o desempenho. O Capítulo 2 descreve as medidas que estão a ser tomadas pelos países do SUN para monitorizar o desempenho em quatro áreas essenciais, mas realça também a medida em que ainda é necessário trabalhar em algumas das áreas mais difíceis, tais como a criação de um mecanismo claro de acompanhamento financeiro sensível à questão da nutrição. O acesso a informação por parte dos intervenientes é crucial para garantir a responsabilização.

ii) Partilha das melhores práticas

A partilha das melhores práticas entre os membros do SUN - tanto dentro dos países como entre países e regiões - será essencial para compreender como a fomentação da nutrição é bem sucedida em condições reais. O Movimento SUN irá facilitar esta partilha ao convocar teleconferências regulares entre os Pontos Focais do SUN e promovendo reuniões globais do SUN. Será lançado um site Web do SUN renovado em

Setembro de 2012, com espaço para os países carregarem os seus próprios exemplos de progresso. Académicos e profissionais no terreno estão a formar um grupo de trabalho SUN que irá facilitar a divulgação de novas provas para políticas e programas de nutrição.

Um exemplo da partilha de boas práticas é a South-South Peer Review Initiative, através da Organização de Saúde da África Ocidental e apoiada pelo Banco Mundial. Esta iniciativa envolve actualmente 3 países – Senegal, Gana e Gâmbia - e permite-lhes analisar as políticas e programas uns dos outros, incluindo as finanças públicas e a coordenação.

iii) Estabelecer o cenário de investimento

A apresentação de um argumento forte para investir em nutrição é essencial para envolver um grande número de líderes políticos e garantir que os governos e outros intervenientes se comprometem com a concessão de mais recursos. É igualmente essencial como meio para

atrair a atenção política de Ministros das Finanças, que detêm as tão importantes verbas.

«Melhorar o acesso a alimentos não conduz automaticamente a uma melhor nutrição. Assim como também não acontece com o aumento de rendimentos nem com a criação de novos mercados. O que conduz a uma melhor nutrição é a incidência na nutrição em si e a sua integração em todas as nossas iniciativas de segurança alimentar.»

Hilary Clinton,
Secretária de Estado dos Estados Unidos, Maio de 2012

Em 2012, a Comissão Económica da ONU para a África, apoiada pela União Africana, deu início a uma iniciativa, sustentada pelo seu estudo “Cost of Hunger in Africa” publicado em Março de 2012, com vista a ajudar os Ministros das Finanças africanos a compreender e ter em conta o preço da desnutrição nos orçamentos nacionais. Em quatro países piloto (Uganda, Etiópia, Suazilândia e Egipto), irá ajudar os governos a prever os custos de cuidados de saúde adicionais, abandono escolar, perda de remunerações e menor produtividade. Apesar destes estudos por si só não serem suficientes para garantir a mudança, fornecem informações relacionadas com nutrição aos Ministros da Finanças e evidenciam o direito das pessoas à segurança alimentar e nutricional.

iv) Monitorizar investimentos financeiros em nutrição e promover o aumento dos recursos

Em todas as áreas de trabalho, os intervenientes necessitam de sistemas sólidos para avaliar o nível de investimento financeiro em nutrição e melhor determinar onde se devem concentrar futuros recursos. Isto é mais fácil de dizer do que fazer - a maior parte das rubricas orçamentais tipicamente não se centra na nutrição como um objectivo, apesar de muitas delas irem ter consequências na nutrição. Diversos estudos, tal como, por exemplo, o levado a cabo pela organização internacional não governamental Action Contre la Faim (ACF), estimaram, a partir de fontes de informação disponíveis, que o financiamento na nutrição é extremamente inadequado. Mas é necessário trabalhar mais para compreender e desenvolver formas coerentes de avaliar os fluxos de investimento. A rede de doadores do SUN começou a trabalhar nisto em 2012 e irá continuar ao longo do próximo ano.

v) Realçar o género e promover a capacitação das mulheres

Se as mulheres não tiverem os meios para tomarem as decisões adequadas para o seu bem-estar e para o das suas famílias, o ciclo da desnutrição nunca será quebrado. A capacitação das mulheres em casa e no local de trabalho, seja ele rural ou urbano, também faz sentido do ponto de vista económico. É por este motivo que os membros do SUN se comprometem a mostrar o seu empenho na capacitação das mulheres em todas decisões relacionadas com políticas e programas - e não apenas às tradicionalmente associadas às mulheres.

A contribuição das mulheres para os resultados nutricionais vai para além do seu papel reprodutivo. Os factores determinantes de desnutrição incluem a impossibilidade das mulheres terem acesso a alimentos nutritivos no seio da sociedade e do lar, bem como a cuidados de saúde eficazes, água adequada e saneamento funcional. Estes factores incluem igualmente a falta de tempo para tratar dos seus filhos devido a outras necessidades. É necessário realizar uma análise por género para se obter uma avaliação completa dos determinantes de subnutrição e do potencial impacto de diferentes intervenções na capacitação das mulheres.

Estas intervenções iriam permitir às mulheres ter acesso a dietas nutritivas, contribuir para a sua independência económica e subsistências e garantir que teria igualdade de oportunidades para possuir terras e ter acesso aos mercados. Diferentes intervenientes do Movimento SUN irão desempenhar um papel importante na partilha de exemplos de acções que abordam a dimensão do género do Movimento Fomentando a Nutrição (SUN).

«Garantir que uma criança recebe a nutrição adequada durante o período (de 1.000 dias) pode produzir dividendos para toda uma vida, uma vez que uma criança bem alimentada irá obter melhores resultados na escola, combater mais eficazmente as doenças e ganhar ainda mais como adulto.»

Rajiv Shah,
Administrador da USAID,
Maio de 2012

PERSPECTIVAS

Capacitação das mulheres - por Mary Robinson

A desnutrição atinge fortemente os mais pobres, especialmente mulheres e crianças. É por este motivo que é extremamente importante abordar a dimensão do género na desnutrição. A capacitação das mulheres pode ter um efeito transformador nas famílias e comunidades, mas para capitalizar este efeito transformador, as barreiras sociais, culturais, económicas e políticas que reprimem as mulheres têm de ser eliminadas.

A capacidade das mulheres de fazer face aos riscos de saúde e nutrição resultantes de alterações climáticas tem de ser melhorada. Isto envolve a melhoria do acesso das mulheres à terra, educação e formação, informação, tecnologias, crédito, protecção social, tomada de decisões e capacidade de ganhar rendimentos. Precisamos de passar da aspiração para a acção, com medidas concretas tomadas para enfrentar as barreiras conhecidas contra a capacitação das mulheres e igualdade de género. Enquanto isto não acontecer, a desnutrição, um dos problemas mundiais sócio-económicos e de saúde mais graves, não será solucionado eficazmente.

Sabemos que a capacitação das mulheres pode aumentar a sua produtividade agrícola em 20-30%, aumentar a produção agrícola nacional de 2,5% a 4% e resgatar 100-150 milhões de pessoas da fome. As estatísticas são importantes e estes dados têm de ser analisados mais rigorosamente para se tomarem as medidas apropriadas.

A minha visão sobre o caminho a seguir é de um avanço das mentalidades que reconheça a dimensão do género e a capacitação das mulheres como elementos essenciais na abordagem da desnutrição. Se não capacitarmos as mulheres para assumir o controlo sobre as suas vidas e desenvolver autoconfiança, continuaremos a ignorar e a subestimar a contribuição de metade da população.

vi) Promoção e comunicação

Apesar do aumento rápido da nutrição na agenda internacional, o trabalho está longe de estar terminado. Passar dos compromissos aos resultados irá necessitar um esforço de promoção sustentada a todos os níveis. Passar dos compromissos aos resultados irá necessitar um esforço de promoção sustentada a todos os níveis. Irá exigir mensagens coesas e coerentes e definição de expectativas para todos os intervenientes. Em 2012, o SUN continuou a actuar como um catalisador e dinamizador, ajudando a coordenar acções com outras iniciativas, tais como a campanha dos 1.000 dias.

vii) União em torno dos princípios do SUN

Os membros do SUN têm, a todos os níveis, de continuar a actuar de acordo com um conjunto definido de princípios de compromisso. Cada rede e país irá determinar as suas próprias prioridades, mas a nível global, todos os membros do Movimento estão empenhados em trabalhar juntos, a partilhar informação e a responsabilizar-se mutuamente.

«Temos a possibilidade de dar a milhões das crianças mais pobres do mundo um melhor começo de vida. Governo, empresas e ONG têm agora de trabalhar em parceria para melhorar a nutrição da população mais pobre do mundo.»

Andrew Mitchell,
Secretário de Estado para
o Desenvolvimento Internacional
do Reino Unido,
Agosto de 2012

SUN e outras iniciativas de nutrição a nível global

Em 2012, a nutrição entrou na corrente dominante do discurso político e foi firmemente incorporada em várias novas iniciativas internacionais. Em Maio, o G8, a União Africana, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e o Programa integrado para o desenvolvimento da agricultura em África (CAADP) lançaram “New Alliance for Food Security and Nutrition”; o G20 realçou o papel do Movimento Fomentando a Nutrição (SUN) em Los Cabos; e em Junho, na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, lançou o “Desafio Fome Zero” que incluiu especificamente a eliminação do atraso no crescimento como meta aspiracional.

«No passado, houve uma quase absoluta ausência de preocupação sobre a fome a que pessoas pobres de todo o mundo estavam sujeitas. Pouco a pouco começamos a perceber o mal que a fome causa ao restringir o desenvolvimento humano. É com esta nova perspectiva em mente que países se reúnem em Londres nesta iniciativa louvável para procurar formas de combater a fome.»

Michel Temer,
Vice-Presidente do Brasil,
Agosto de 2012

Um Evento contra a Fome durante os Jogos Olímpicos de 2012 realizados em Londres, com o Primeiro-Ministro britânico David Cameron e o Vice-Presidente brasileiro Michel Temer como anfitriões, realçou os sucessos do SUN e reuniu representantes de governos, ONG, empresas e celebridades desportivas para apelar a uma acção decisiva no que toca à nutrição antes dos Jogos de 2016 no Rio de Janeiro.

Estas e outras iniciativas dão um apoio renovado ao SUN e são fundamentais para a mobilização de maiores recursos e empenho no sentido de acelerar a redução da subnutrição a nível global.



O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Foi atingido um marco significativo em 2012 com a aprovação da mais recente Resolução

de Direito à Alimentação do Conselho dos Direitos Humanos da ONU. Este texto capta a segurança alimentar e nutricional de uma forma não conseguida anteriormente e salvaguarda muitos dos princípios fundamentais do SUN.

A Resolução é importante no sentido que divulga os princípios do SUN a um público mais vasto na ONU e pode servir como uma ferramenta útil de promoção para juntar mais países à mesa do SUN. Em particular, a Resolução apela aos estados e a organizações internacionais relevantes que:

- combatam diferentes formas de subnutrição como um meio de exercer o direito a uma alimentação adequada, incluindo se tal for apropriado, a adopção de uma estratégia nacional nesta matéria;
- tomem medidas de apoio a programas destinados a lutar contra os efeitos irreversíveis de subnutrição crónica na primeira infância, incidindo especialmente nos primeiros 1.000 dias da vida de uma criança;
- apoiem programas e planos nacionais para melhorar a nutrição em agregados familiares pobres, em particular os destinados a combater a desnutrição em mães e filhos e que incidem nos efeitos irreversíveis da desnutrição crónica na primeira infância.

PERSPECTIVAS

Motivo pelo qual os movimentos sociais necessitam de participar num espaço político partilhado - Alessandra da Costa Lunas

Na América Latina, a distribuição de riqueza – e, conseqüentemente, de alimentos – é extremamente desigual, e aqueles de nós que trabalham a terra e produzem alimentos passam fome e são discriminados regularmente. É por este motivo que temos maior interesse em ter espaços políticos partilhados, onde possamos debater e propor políticas para segurança e soberania alimentares com o nosso governo, com organizações de internacionais de desenvolvimento como a IFAD e a FAO.

Na COPROFAM*, de onde venho, estamos a promover o diálogo e trabalho conjunto com grupos da sociedade civil e decisores no que se refere ao direito à alimentação. Estamos envolvidos no Conselho Nacional de Segurança e Soberania Alimentar do Brasil e na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL, para definir as políticas a longo prazo que ajudam a agricultura de estrutura familiar e melhorar a qualidade dos alimentos para todas as nossas pessoas – as nossas crianças, os nossos adolescentes e o nosso povo.

Para nós, o estabelecimento e participação nestes espaços partilhados é uma forma de democracia participativa, onde podemos partilhar informações e conhecimentos e debater formas de como aumentar o investimento estatal em agricultura camponesa e agricultura familiar. Temos de encontrar formas de dar prioridade a este tipo de agricultura em cadeias de comércio, de nos adaptarmos às alterações climáticas e conseguir transparência e concorrência em mercados agro-alimentares.

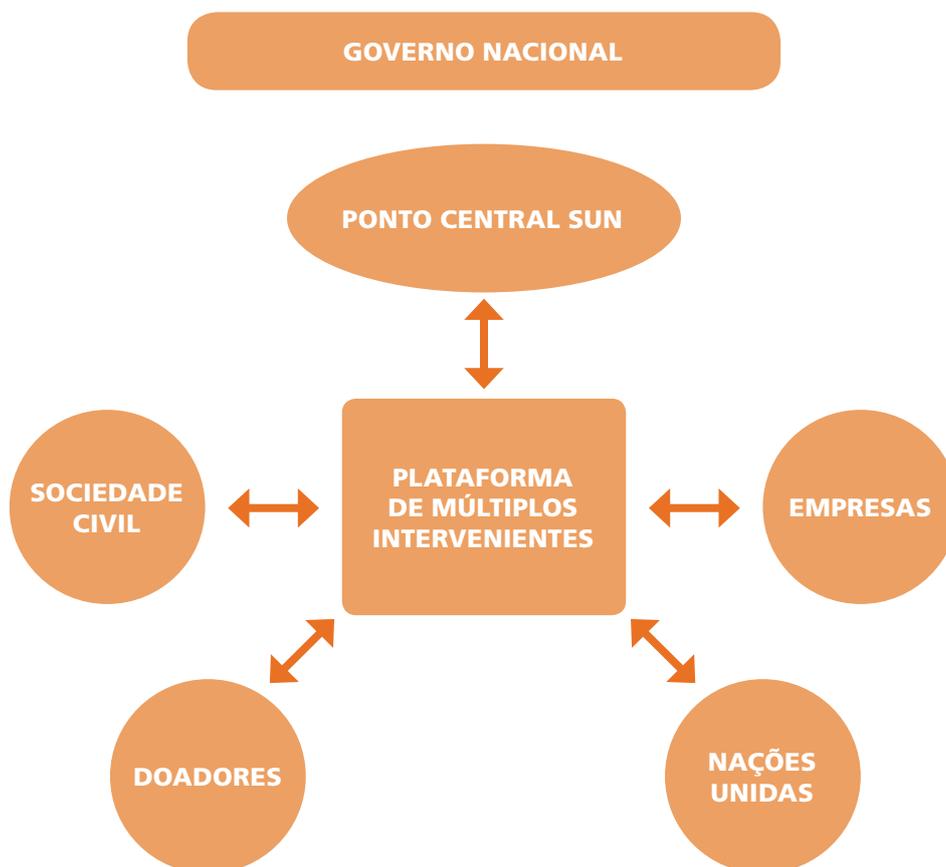
* COPROFAM - Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul; integrada com confederações nacionais na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai

CAPÍTULO 4 - CONSTRUIR REDES DO SUN

De grupos de trabalho a redes

Aumentar a base para a nutrição é fundamental para o Movimento SUN. Durante 2011-2012, o SUN lançou cinco redes para ajudar os intervenientes com a mesma mentalidade a encontrar formas mais eficazes para trabalhar conjuntamente - a nível nacional e global. As redes nasceram a partir de seis “grupos de trabalho” já existentes e, durante o último ano, concentraram-se em definir a sua qualidade de membro e missão.

Redes do movimento SUN a nível nacional



Cada rede tem um carácter único. Algumas têm uma natureza mais explorativa, tal como a rede de empresas - uma rede recém-chegada ao movimento de nutrição - e algumas estão melhor estabelecidas, tal como a rede de doadores, que fez um trabalho considerável para alinhar actividades de financiamento.

O poder de cada rede varia de país para país. O que todas elas partilham é o compromisso de se unirem contra a desnutrição e de encontrarem formas de cooperar em várias disciplinas e sectores.

i) Rede de países

A Rede de Países, composta pelos Pontos Focais nacionais, forma o núcleo do Movimento SUN. Funcionários seniores nos respectivos governos, os Pontos Focais são os defensores nacionais do Movimento - e serão determinantes para o seu sucesso.

Partilham uma paixão pela missão e um compromisso de longa data com a causa. São enérgicos, influentes e sabem como colocar as coisas em prática. Os Pontos Focais situam-se no centro de uma rede de pessoas influentes do país - super-conectores sociais, que ganharam o respeito tanto de funcionários governamentais, activistas sociais, empresários privados como de doadores internacionais.

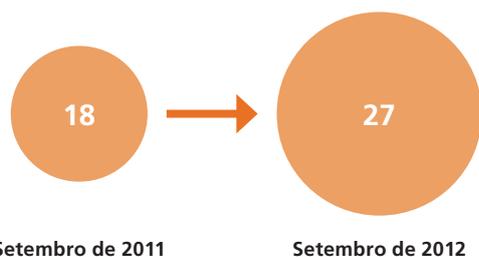
Para muitos, 2011-2012 foi um ano de transformações, no qual passaram de uma luta muitas vezes ignorada com vista a colocar a nutrição na ordem do dia, para se juntarem a uma rede internacional de activistas, com apoio nacional de alto nível e reconhecimento global.

Isto ajudou os participantes a sentirem-se mais confiantes e aumentou o seu poder de convocação. As teleconferências de rede que costumavam ser compostas apenas por uma pessoa por país são agora formadas por vários intervenientes, cada vez mais dispostos a encetar debates de fundo.

A nível nacional, os Pontos Focais desempenharam um papel catalisador no estabelecimento de plataformas com vários intervenientes e conduziram o processo de recolha e análise de informações para os relatórios dos países do SUN. Esta informação é essencial para a análise apresentada no Capítulo 2.

A nível internacional, a rede de países do SUN realiza regularmente teleconferências e está dividida em três grupos: Ásia, África Oriental e América Latina, e África Ocidental e Central. Isto promoveu a interacção dentro das regiões e entre países. Os membros da África Ocidental, por exemplo, ajudam-se activa e mutuamente com orientação e comentários - gerando um ambiente académico que ajudou a reforçar a cooperação em resposta à crise de nutrição de 2012 no Sael. O Secretariado do SUN e o Secretariado do Comité Permanente de Nutrição da ONU prestou apoio logístico a estas reuniões, configurando chamadas e facilitando pedidos de informação.

Pontos focais nacionais SUN



O desafio será encontrar mecanismos para apoiar os países do SUN na obtenção do acesso à informação de que necessitam. À medida que o seu âmbito e ambição aumenta, também irá aumentar a necessidade de estudos de caso e boas práticas. Outro desafio consistirá em facilitar o intercâmbio em vários fusos horários com diversos idiomas diferentes. O apoio eficaz para a cooperação Sul-Sul necessita de recursos.

ii) Rede da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil (OSC) trabalham há décadas em questões relacionadas com a nutrição, muitas vezes face a cepticismo oficial. Ao longo dos anos, as OSC desempenharam um papel essencial como observadoras, comunicadoras, defensoras, responsáveis pela recolha dos dados e executores. O Movimento SUN tem uma dívida profunda para com aqueles cuja perseverança manteve a nutrição na ordem do dia.

A ampla participação e a perceptível legitimidade das OSC (quer através da autoridade de peritos, quer através de apoio popular) é uma fonte importante de poder e influência para o Movimento SUN. Têm tendência em ser bem organizadas verticalmente (cadeias de comando a montante e a jusante), mas por vezes necessitam de assistência para se organizarem horizontalmente (em várias disciplinas e sectores diferentes.)

O financiamento continua a ser um desafio a todos os níveis. A nível nacional, muitos participantes relatam falta de progresso para garantir a participação de doadores. Em Maio de 2012, foi apresentada uma proposta para financiar as redes da sociedade civil do SUN em 11 países, com próximo de 300 organizações participantes. A proposta prevê que serão necessários 10,5 milhões de dólares norte-americanos ao longo de três anos, tanto para actividades nacionais como para a formação de uma pequena equipa internacional. O financiamento iria ajudar a estabelecer uma nova aliança de nutrição ou a consolidar uma já existente. Foi estabelecido um fundo de multi-doadores pelo DFID, a Irish Aid e a cooperação suíça através do qual as organizações da sociedade civil podem ser apoiadas por organizações internacionais que participam no MPTF. Prevê-se que realize os seus primeiros desembolsos em Agosto de 2012.

As redes da sociedade civil variam consideravelmente de país para país. Na Tanzânia, por exemplo, mais de 90 grupos lançaram oficialmente uma iniciativa Partnership for Nutrition (PANITA) em 2011, e o seu número de membros mais do que duplicou desde então. Outros países, como o Bangladesh, têm uma dinâmica sociedade civil, activa em questões de nutrição, e procura agora criar mecanismos de coordenação inclusivos. Para elas, 2011-2012 foi o ano de consolidação e fortalecimento. Em alguns outros países, tais como a Guatemala, Moçambique e Níger, as OSC enfrentam desafios de recursos significativos.

REDE DE EMPRESAS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- **Responsabilidade empresarial demonstrada e liderança na comunidade**
- **Grupos/empresas fornecem um contributo positivo para a sociedade**
- **Registo de comportamento socialmente responsável ou empenho no âmbito de causas relativas ao desenvolvimento, incluindo nutrição**
- **Imagem de serviço/produto e/ou público positiva**
- **Práticas laborais responsáveis**

Contudo, em quase todos os países, os Movimentos Fomentando a Nutrição (SUN) fizeram progressos no que diz respeito a trazer defensores da sociedade civil para a mesa de tomada de decisões, tanto a nível nacional como a nível de distrito e de província.

Diversas redes da sociedade civil iniciaram eventos de lançamento do SUN de alta visibilidade, tal como o Bangladesh e o Gana, e trabalharam arduamente para persuadir os governos a comprometerem-se com a fomentação da nutrição e a aderirem ao Movimento SUN.

iii) Rede de Empresas

Como parte integrante do processo de nutrição com vários intervenientes mais abrangente, o envolvimento com a comunidade empresarial

pode apoiar eficazmente o Movimento SUN e os esforços nacionais para fomentar a nutrição. No quadro de uma resposta público-privada, e para apoiar as instituições públicas, o sector privado pode trazer as suas vantagens comparativas para contribuir eficazmente para o desenvolvimento e implementação de políticas nacionais e planos de nutrição. O desenvolvimento de redes de empresas eficazes, tanto a nível nacional como internacional, é um dos principais objectivos do SUN, mas continua a ser um trabalho que está em curso. Está agendada uma reunião de líderes empresariais para o final de 2012 para traçar o caminho a seguir.

Os defensores da nutrição têm conseguido levantar preocupações e exigir legislação para controlar práticas de negócio prejudiciais, tal como a comercialização de substitutos do leite materno em ambientes com poucos recursos.

A rede de empresas do SUN procura encorajar apenas as acções que contribuem para a capacitação de mulheres e crianças para uma melhor nutrição. Tem como objectivo encontrar formas de aproveitar a experiência no desenvolvimento de produtos de pró-nutrição, tais como alimentos enriquecidos, controlo de qualidade, distribuição, investigação, TI, comercialização e outras actividades comerciais. Práticas propícias à nutrição no local de trabalho - tais como ambientes agradáveis para mãe-filho e licença de maternidade - também irão desempenhar um papel importante na abordagem da nutrição.

PERSPECTIVAS

O poder dos negócios para melhorar a nutrição - por Paul Polman

Até à data as intervenções no âmbito da nutrição incidiram largamente sobre sistemas de saúde públicos, ao passo que falhas no mercado constantes e restrições ao pedidos de ajuda desencorajaram muitos, incluindo as empresas, de investir no desenvolvimento ao longo da cadeia alimentar.

Para fazer a diferença os governos, empresas e a sociedade têm de desenvolver novos modelos que tenham em consideração o que pode ser feito para fornecer soluções que visem resolver a desnutrição.

As empresas, por exemplo, podem fornecer soluções para melhorar o acesso a alimentos nutritivos para todos, investindo em agricultura sustentável, melhorando a subsistência de pequenos agricultores, auxiliando na redução de desperdício de alimentos e desenvolvendo e comercializando alimentos nutritivos que respondam às necessidades do consumidor.

Acredito que se todos desempenharmos o nosso papel podemos dar origem a um futuro sustentável que elimine a fome e a subnutrição.

A rede de empresas do SUN baseia-se no trabalho do Grupo de Trabalho de negócios do SUN composto por 18 membros de 2010-2011, que criou um conjunto de ferramentas para o Envolvimento do Sector Privado. A Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN), que trabalha com 600 empresas em 30 países, está a galvanizar o desenvolvimento desta nova rede. Perfilam-se desafios significativos. A rede necessita de identificar os papéis que a empresa pode desempenhar e lacunas que pode preencher de forma a que contribuam para a finalidade colectiva dos intervenientes do Movimento SUN. Quando os membros da rede estão a contribuir para a finalidade do movimento, irão tentar procurar fundos de doadores bilaterais e fundações independentes em vez de no sector privado. Para incentivar a colaboração empresarial, o governo holandês lançou um fundo de parceria público-privada de 60 milhões de euros para Empreendedorismo Sustentável e Segurança Alimentar. O primeiro concurso terminou a 11 de Junho e recebeu mais de 120 propostas. A rede está a incentivar outros doadores a seguirem o exemplo.

Nos países do SUN, existe uma grande variedade de abordagens diferentes através das quais as entidades governamentais e outros intervenientes trabalham com empresas com vista a obter melhorias na nutrição das pessoas. No Malawi, empresas do sector privado já fazem parte da plataforma do SUN. Os fabricantes da Valid Nutrition no Malawi enriqueceram massas para o tratamento e prevenção da subnutrição, e associaram-se a um grande número de OSC para assegurar que estes produtos são comercializados de forma apropriada. Diferentes plataformas dos países do SUN estão a estabelecer princípios claros para o envolvimento das empresas no Movimento Fomentando a Nutrição (SUN). São apoiadas pela rede de empresas do SUN e pelo Secretariado do Movimento SUN - que recomenda que os fabricantes de leite para recém-nascidos cujas práticas de comercialização actuais se demonstre violem o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno devem ser excluídos.

iv) Rede de Doadores

A Rede de Doadores é uma rede bem estabelecida do Movimento SUN, e fez progressos significativos na nomeação de convocadores e na colaboração conjunta a nível global.

Globalmente, existem 34 participantes de um grande número de países doadores, organizações internacionais e fundações privadas que participam em convites conjuntos a cada três semanas (com maior frequência antes de eventos de alta visibilidade).

As suas prioridades incluem:

- Estabelecer indicadores para monitorizar o comportamento dos doadores. Estes já foram estabelecidos e serão testados dentro de pouco tempo em dois a quatro países.
- Encontrar métodos para melhor monitorizar o financiamento de programas específicos de nutrição e de programas sensíveis à questão da nutrição. Isto está a ser realizado em conjunto com o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE mas tem-se revelado difícil. A abordagem actual consiste em destacar as finanças públicas num pequeno grupo de países do SUN e comparar as situações em 2011 e 2012.
- Chegar a um grupo mais vasto de doadores. Obteve resultados variáveis, mas o número de países envolvidos está a aumentar, incluindo a Austrália, Dinamarca, Países Baixos e Noruega.
- Influenciar fóruns internacionais. Incluiu proclamações de alto nível sobre nutrição no G8, G20, Rio+20, o estabelecimento de novas estratégias de nutrição pela OMS e pela FAO e fixação dos objectivos na Assembleia Mundial de Saúde em Maio de 2012.

PRINCÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO DE DOADORES*

- **Fortalecer a propriedade e liderança nacional**
- **Concentrar-se nos resultados**
- **Adoptar uma abordagem multi-sectorial**
- **Concentrar-se na eficácia**
- **Promover a colaboração e inclusão**
- **Promover a responsabilização**

* Desenvolvidos na primeira reunião de Responsáveis Seniores do SUN organizada pela CIDA no Canadá

Foram nomeados coordenadores de doadores em 22 dos 28 países do SUN, e provêm do Canadá, CE, Irlanda, Suíça, Reino Unido, EUA e Banco Mundial. Está a ser feito um esforço para alargar este grupo e para identificar convocadores para os países em falta.

Algumas redes de doadores nacionais demonstraram um maior progresso do que outras. Na Zâmbia, por exemplo, a rede trabalhou com outros membros da plataforma nacional para estabelecer um plano de acção de 1.000 dias totalmente orçado e um fundo comum.

Um desafio permanente a todos os níveis irá superar a fragmentação dos intervenientes cujas actividades têm um componente nutricional. Até nos mesmos ministérios de assistência ao desenvolvimento, os mundos da saúde, agricultura ou ajuda humanitária permanecem separados e a comunicação é limitada. Diferentes doadores tiveram diferentes níveis de sucesso para ultrapassar esta situação.

v) Rede das Nações Unidas

O trabalho em muitas agências das Nações Unidas e outros programas, fundos e organizações internacionais, tem uma importância diferente na nutrição, tanto a nível de políticas como de definição de normas, e através de intervenções directas no terreno.

Ao longo dos últimos 5 anos, as agências da ONU fizeram esforços para agir em maior harmonia, sob a filosofia de “Delivering as One”. Os resultados variaram mas os maiores doadores da ONU estão a insistir na necessidade de aumentar a coordenação.

RESPONSABLES DES DONATEURS

BANGLADECHE	Banco Mundial EUA
BENIM	Banco Mundial
BURKINA FASO	CE
ETIÓPIA	Banco Mundial EUA (a confirmar)
GÂMBIA	Banco Mundial
GANÁ	EUA
GUATEMALA	Banco Interamericano de Desenvolvimento
REPÚBLICA QUIRGUIZ	Banco Mundial
RDP DO LAO	CE
MALAWI	Irlanda EUA
MALI	Canadá
MOÇAMBIQUE	Dinamarca
NEPAL	Banco Mundial
NÍGER	CE
PERU	Banco Mundial
RUANDA	EUA
SENEGAL	Banco Mundial
SERRA LEOA	Irlanda EUA
TÂNZANIA	Irlanda EUA
UGANDA	EUA
ZÂMBIA	Reino Unido
ZIMBABUÉ	Suíça

Total de Doadores Convocantes: 22

A INICIATIVA REACH

A nível nacional, um consórcio de agências (UNICEF, PAM, FAO e OMS, apoiadas pelo IFAD) desenvolve desde 2008 uma iniciativa orientada por país denominada REACH, que trabalha com os governos nacionais e outros intervenientes para apoiar políticas de nutrição, plataformas de nutrição internas, estratégias multi-sectoriais e quadros de resultados comuns. O Secretariado de REACH sediado em Roma prestou um substancial apoio técnico e logístico às redes de países do SUN, bem como a outras actividades globais. Dado que a iniciativa se expande a 16 países, este relacionamento irá continuar a evoluir.

e na manutenção de teleconferências regulares, apoiando os Pontos Focais nacionais e mediando pedidos de informações. Ajudou a colocar a agenda de nutrição no palco internacional, incluindo na Assembleia

Mundial de Saúde e no Comité da Segurança Alimentar Mundial. Trouxe também a perspectiva do SUN para um novo Sistema de Informação Global para Acção para Nutrição (GINA) da OMS. O Secretariado do SCN prestou um apoio contínuo ao Secretariado do Movimento do SUN, incluindo o fornecimento de informações sobre indicadores de nutrição por país.

A ONU apoia conjuntamente necessidades e prioridades nacionais em diversos países. As agências da ONU prestam apoio na identificação de políticas e programas eficazes, boas práticas na implementação de programas, quadros de supervisão, desenvolvimento de capacidade e implementação de acções de nutrição muito importantes. A OMS e a UNICEF realizaram reuniões regionais para visitar estratégias

por países com a nutrição por objectivo, e várias reuniões regionais da FAO centraram-se na agricultura sensível às questões da nutrição. Várias reuniões do gabinete regional do PAM incluíram secções relativas ao envolvimento com o SUN. As agências da ONU estão a reunir-se nas plataformas do SUN, num número crescente de países, com vista à harmonização da sua abordagem da nutrição.

«Investir nesta que é a mais básica parceria de todas – entre uma mãe e o seu filho – é o primeiro e melhor passo no âmbito de assegurar crianças saudáveis, famílias prósperas e comunidades fortes.»

Carolyn Miles,
CEO da Save the Children,
Maio de 2012

O campo da nutrição registou uma grande variedade de esforços específicos para harmonizar actividades pelo sistema da ONU e de outras organizações internacionais. O Comité Permanente da ONU sobre Nutrição (SCN), criado em 1977 pelo ECOSOC, promove a boa nutrição ao nível de políticas internacionais. Ao longo dos últimos 35 anos, foi submetido a várias revisões, a mais recente em 2010. Actualmente o SCN reúne quatro agências da ONU - UNICEF, PAM, FAO e OMS – e outras agências importantes da ONU e organizações internacionais contribuem para o mesmo (AIEA, Bioversity, UNDESA, ACNUR). O SCN começou a alargar a sua rede e a defender um número crescente de agências da ONU activamente envolvidas no Movimento SUN.

O SCN desempenhou um papel determinante no estabelecimento da rede de países do SUN

Outros grupos de intervenientes

Juntamente com as cinco redes estabelecidas, as equipas de trabalho transversais estão a ser estabelecidas no seio do Secretariado do SUN para partilhar os seus conhecimentos específicos com o resto do Movimento SUN. A primeira – relacionada com promoção e comunicações – está estabelecida.

a) Promoção e Comunicações

Promoção e comunicações eficazes são cruciais para convencer a sociedade a centrar-se na nutrição. Pese embora cada rede do SUN incida na promoção e comunicação à sua maneira, existe uma necessidade de especialistas para apoiar o seu trabalho com materiais de promoção, mensagens coordenadas e partilha de melhores práticas.

Até Setembro de 2011, o Grupo de Trabalho de Defesa e Comunicações do SUN reuniu-se em torno de eventos importantes como Reunião de Alto Nível Sobre Nutrição realizada em Nova Iorque e a Reunião Anual do Fórum Económico Mundial realizada em Janeiro de 2012. O seu público pertencia tanto às suas organizações, como fora delas.

Em 2012, uma Equipa de Trabalho, designada SUN ACT, foi criada para continuar este trabalho, tanto a nível internacional como nacional, com o intuito de apoiar a transparência no seio do Movimento SUN. Com uma base no Secretariado do SUN, tem como objectivo garantir comunicações claras e fiáveis dentro e fora do Movimento SUN. Centra-se nos motivos pelos quais investimento em nutrição é necessário, na importância da nutrição para o desenvolvimento nacional económico e social sustentado e nos resultados a atingir nos países do SUN.

O ênfase da promoção por país é o envolvimento de um amplo número de intervenientes em vários sectores, desenvolvimento de apoio para a mobilização sustentada de financiamento através de demonstrações inequívocas de progresso. Globalmente, a SUN ACT explora as forças e recursos existentes dos intervenientes no Movimento, garantindo um envolvimento consistente e credível em eventos de alto nível.

b) As equipas de trabalho de **Conhecimento e Investigação** estão a ser formadas com o objectivo específico de partilhar e criar capacidade de nutrição nos países do SUN - especificamente

- no desenvolvimento de sistemas agrícola e alimentar;
- em serviços de saúde, para garantir o tratamento adequado a pessoas com subnutrição aguda.

Está a ser estabelecida uma equipa de trabalho para **Monitorização dos fundos investidos em nutrição**

para que os países do SUN consigam avaliar melhor se os investimentos em acções de nutrição específicas e desenvolvimentos sensíveis a questões de nutrição estão a aumentar.

«O mundo irá mudar para sempre se todas as crianças estiverem bem alimentadas durante a sua janela de oportunidade de 1.000 dias.»

David Nabarro,
Representante Especial
para Segurança Alimentar
do Secretário-Geral das Nações
Unidas, Janeiro de 2012

Será criada uma equipa de trabalho de **Validação de resultados** para permitir aos países do SUN garantir a robustez dos seus sistemas de recolha de dados e beneficiar de uma abordagem coerente à medição do progresso do SUN e impacto dos seus esforços.

CAPÍTULO 5 - O CAMINHO A SEGUIR

Manter o ímpeto

O segundo ano do SUN provou que a energia em torno do seu lançamento não foi um acontecimento isolado. O ímpeto político acelerou durante 2011 e 2012, atraindo um número crescente de apoiantes em cada vez mais países. Os líderes internacionais reconheceram a importância crítica de investir em nutrição de forma a garantir a nossa saúde e riqueza global futura, e como meio de reforçar a capacidade de resistência em tempos de turbulência climática e económica. Mas o impulso contínuo não pode ser considerado como um dado adquirido. Irá precisar de um tratamento cuidado, tanto através de mensagens como de uma promoção coerente mas, mais importante, através de provas de que a abordagem do SUN está a funcionar.

Demonstrar resultados

Ao entrarmos em 2013 e no futuro, a demonstração de resultados irá tornar-se cada vez mais um foco dos países do Movimento do SUN. Seria útil se as autoridades nacionais pudessem indicar em que medida as acções apoiadas através do Movimento as ajudaram a obter uma redução mensurável do atraso no crescimento, subnutrição e outros indicadores de desnutrição. Líderes nacionais - incluindo Ministros das Finanças – em conjunto com aqueles que fornecem recursos externos (doadores, fundações e bancos de desenvolvimento) – esperam ver uma demonstração clara do que está a ser obtido, em termos de progresso e impacto.

Estimular os sucessos e a acção eficaz em torno da nutrição é um projecto a longo prazo. As pessoas envolvidas no Movimento SUN compreendem a importância de gerir as suas expectativas à medida que se concentram em apoiar os países na realização de tarefas morosas essenciais para a sustentabilidade – tal como a construção de plataformas com múltiplos intervenientes, estabelecimento de estratégias comuns e organização de programas e investimentos futuros em torno de quadros acordados para obter resultados.

Manter o consenso

A nova estratégia do SUN é essencial para a obtenção de resultados, mas a sua adopção pelo Grupo de Liderança está longe de ser o fim. A estratégia só terá sentido quando aplicada em cada país do SUN - e isso irá necessitar da manutenção do apoio e consenso entre todos os intervenientes no SUN.

À medida que a nutrição começa a ser fomentada, é provável que as dificuldades de manutenção do consenso aumentem. À medida que são identificadas novas fontes de financiamento, é provável que o debate venha a aumentar sobre onde esse financiamento se deve centrar. E à medida que as redes do SUN crescem, é possível que emergjam novas tensões entre diferentes grupos de intervenientes.

Entretanto, à medida que o âmbito global do SUN aumenta, também as exigências de validação da informação e gestão eficaz dos conhecimentos irão aumentar. Os novos Grupos de Trabalho do SUN irão ajudar a atingir esse objectivo, mas no final de contas as necessidades só serão satisfeitas através de cooperação espontânea entre organizações e países participantes. Isto nem sempre será fácil, mas é a única base sólida para fomentar a nutrição de forma sustentada.

Apesar destes desafios, o ritmo do progresso em 2012 constitui um bom auspício para o futuro. O caminho será duro, mas a desnutrição está finalmente a receber a atenção que merece. A vontade política está lá, e os argumentos para uma acção eficaz estão a chegar. Isso em si já é um feito histórico.

ANEXOS



ANEXO 1: Implementação do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno

País SUN	Estado legislativo do código	Âmbito do código	Mecanismo de implementação e monitorização
Bangladeche	Muitas disposições na lei	0-24 meses	Não funciona
Benim	Completamente na lei	0-12 meses	Totalmente a funcionar
Burkina Faso	Completamente na lei		
Etiópia	Poucas disposições na lei		<i>(nova lei apresentada)*</i>
Gâmbia	Completamente na lei		
Gana	Completamente na lei	Sem limite de idade	Totalmente a funcionar
Guatemala	Completamente na lei		Totalmente a funcionar
Haiti	Medidas redigidas a aguardar aprovação final		
Indonésia	Muitas disposições na lei		
Rep. Quirguiz	Muitas disposições na lei		
RDP DO LAO	Muitas disposições na lei		<i>(nova lei apresentada)*</i>
Madagáscar	Completamente na lei	0-6 meses	Parcialmente a funcionar
Malawi	Muitas disposições na lei		
Mali	Muitas disposições na lei		
Mauritânia	Ainda em estudo		
Moçambique	Completamente na lei	0-36 meses	Parcialmente -> Totalmente a funcionar
Namíbia	Medidas redigidas a aguardar aprovação final		
Nepal	Completamente na lei		Não funciona
Níger	Muitas disposições na lei	0-60 meses	Totalmente a funcionar
Nigéria	Muitas disposições na lei	0-36 meses	Totalmente a funcionar
Peru	Completamente na lei	0-24 meses	Totalmente a funcionar
Ruanda	Medidas redigidas a aguardar aprovação final		
Senegal	Muitas disposições na lei		
Serra Leoa	Medidas redigidas a aguardar aprovação final		
Tanzânia	Completamente na lei	0-12 meses	Totalmente a funcionar
Uganda	Completamente na lei		
Zâmbia	Muitas disposições na lei	0-24 meses	Totalmente a funcionar
Zimbabué	Completamente na lei	0-60 meses	Totalmente a funcionar

Fonte: relatório de estado sobre a implementação do Código Internacional da Comercialização de Substitutos do Leite Materno e de resoluções posteriores da Assembleia Mundial de Saúde (WHA) relacionadas; Junho de 2012.

*Informação complementar fornecida por país.

ANEXO 2:**Quadro jurídico relacionado com a maternidade**

País SUN	Duração da licença (Mínimo recomendado: 14 semanas)	% dos salários (Mínimo recomendado: 2/3 da remuneração anterior)	Fonte de financiamento do salário
Bangladeche	16 semanas (24 semanas)*	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Benim	14 semanas	100%	50% Segurança Social
Burkina Faso	14 semanas	100%	50% Entidade patronal
Etiópia	90 dias	100%	50% Segurança Social
Gâmbia	12 semanas (6 meses)*	100%	50% Entidade patronal
Gana	14 semanas	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Guatemala	84 dias	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Haiti	12 semanas	100% pendant 6 semaines	1/3 Entidade patronal
Indonésia	3 meses	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Rep. Quirguiz	126 dias	100% primeiros 10 dias 10 vezes o salário mínimo para os dias restantes	Responsabilidade da entidade patronal
RDP do Lao	90 dias	100%	Segurança Social
Madagáscar	14 semanas	100%	50% Segurança Social
Malawi	8 semanas	100%	50% Entidade patronal
Mali	14 semanas	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Mauritânia	14 semanas	100%	Segurança Social
Moçambique	60 dias	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Namíbia	12 semanas	100%	Segurança Social
Nepal	52 dias	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Níger	14 semanas	50%	Segurança Social

ANEXO 2:**Quadro jurídico relacionado com a maternidade (cont.)**

País SUN	Duração da licença (Mínimo recomendado: 14 semanas)	% dos salários (Mínimo recomendado: 2/3 da remuneração anterior)	Fonte de financiamento do salário
Nigéria	12 semanas	50%	Responsabilidade da entidade patronal
Peru	90 dias	100%	Segurança Social
Ruanda	12 semanas	100% primeiras 6 semanas 20% 6 semanas restantes	Responsabilidade da entidade patronal
Serra Leoa	12 semanas	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Senegal	14 semanas	100%	Segurança Social
Tanzânia	84 dias	100%	Segurança Social
Uganda	60 dias	100% primeiro mês	Responsabilidade da entidade patronal
Zâmbia	12 semanas	100%	Responsabilidade da entidade patronal
Zimbabué	16 semanas	100%	Responsabilidade da entidade patronal

Fonte: Maternity at work: a review of national legislation / International Labour Office, Conditions of Work and Employment Branch. Second edition. - Geneva: ILO, 2010

*Informação complementar fornecida por país quando diferente da fonte

ANEXO 3:

Estado de enriquecimento de farinha

País SUN	Estado do enriquecimento de farinha Trigo	Estado do enriquecimento de farinha Milho
Bangladeche	Voluntário	
Benim	Em planificação	Nenhum enriquecimento comunicado
Burkina Faso	Em planificação	Nenhum enriquecimento comunicado
Etiópia	Em planificação	Em consideração
Gâmbia	Nenhum enriquecimento comunicado	Nenhum enriquecimento comunicado
Gana	Obrigatório	
Guatemala	Obrigatório	
Haiti	Obrigatório	
Indonésia	Obrigatório	
Rep. Quirguiz	Obrigatório	
RDP do Lao		
Madagáscar	Nenhum enriquecimento comunicado	Nenhum enriquecimento comunicado
Malawi	Em planificação	Voluntário
Mali	Obrigatório	
Mauritânia	Obrigatório	
Moçambique	Em planificação	
Namíbia	Voluntário	Voluntário
Nepal	Obrigatório	
Níger	Em planificação	
Nigéria	Obrigatório	Obrigatório
Peru	Obrigatório	
Ruanda	Em planificação	
Senegal	Obrigatório	Nenhum enriquecimento comunicado
Serra Leoa	Voluntário	Voluntário
Tanzânia	Obrigatório (finalizado)	
Uganda	Voluntário	Voluntário
Zâmbia	Voluntário	Voluntário
Zimbabué	Voluntário	Voluntário

Fonte: Flour Fortification Initiative, www.sph.emory.edu

NOTA: Esta tabela incide apenas sobre o enriquecimento da farinha. Os países individuais relatam o enriquecimento em massa de outros bens como, por exemplo, açúcar e óleo. Uma tabela individual será partilhada assim que seja fornecida informação por parte de todos os países envolvidos no Movimento SUN.

ANEXO 4:**Quadro legislativo e de política para fomentação da nutrição**

País SUN	Política de nutrição e estratégia actualizada em vigor	Estratégias e políticas sectoriais actualizadas relevantes para a nutrição	Planos de nutrição com custos
Bangladeche	Plano de acção (2011-16)	Sim	A ser finalizado
Benim	Sim (2009)	Sim	Sim
Burkina Faso	Sim (2010-15)	Sim	Sim
Etiópia	Sim (2008-13); a ser actualizado	Sim	Sim
Gâmbia	Sim (política 2010-20; plano 2011-15)	Sim	Sim
Gana	Política (2011) a ser finalizada	Sim	Não
Guatemala	Sim (2009-12); "Fome zero" (2012)	Sim	Sim
Indonésia	Sim (2011-15)	Sim	A ser desenvolvido
Rep. Quirguiz	Plano de acção a ser desenvolvido	Sim	A ser desenvolvido
RDP DO LAO	Sim (desde 2008/9)	Sim	Não
Madagáscar	Plano de acção II (2012)	Sim	Sim
Malawi	Sim (desde 2009)	Sim	Sim
Mali	Política (2011) a ser apoiada	Sim	Não
Mauritânia	Sim (até 2015)	Sim	Sim – caso de investimento a ser desenvolvido
Moçambique	Sim (2011-15)	Sim	Sim
Namíbia	Sim (desde 2010)	Sim	Sim (ferramenta de promoção)
Nepal	Sim (actualizada 2012)	Sim	Sim
Níger	Sim (política 2012-21; plano 2011-15)	Sim	Sim
Nigéria	Sim (2004); nova política está a ser desenvolvida	Sim	Não
Peru	Sim (2006); a ser actualizada em 2012 ao abrigo do MDIS	Sim	Sim
Ruanda	Sim (2010-13)	Sim	Sim
Serra Leoa	Plano de implementação (2012) a ser finalizado	Sim	A ser finalizado
Senegal	Sim (2002-11); Plano estratégico (2012-17) a ser actualizado	Sim	A ser actualizado

País SUN	Política de nutrição e estratégia actualizada em vigor	Estratégias e políticas sectoriais actualizadas relevantes para a nutrição	Planos de nutrição com custos
Tanzânia	Sim (até 2015)	Sim	A ser finalizado
Uganda	Sim (2011-16); Lei de alimentação e nutrição a entrar em vigor	Sim	Sim
Zâmbia	Sim (2011-15)	Sim	Sim
Zimbabué	Sim (estratégia 2011-13)	Sim	Sim

Fonte: fichas dos países do SUN, perfis dos países (países da África Ocidental) e informações de países durante as teleconferências da Rede de Países do SUN

ANEXO 5: SUN Lead Group

S.E. Sr. Armando Emilio Guebuza, Presidente de Moçambique

S.E. Sr. Jakaya Mrisho Kikwete, Presidente da Tanzânia

S.E. Sra. Sheikh Hasina, Primeira-Ministra do Bangladesh

S.E. Sr. Nahas Angula, Primeiro-Ministro da Namíbia

S.E. Sr. Babu Ram Bhattarai, Primeiro-Ministro do Nepal

S.E. Sra. Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das Finanças da Nigéria

Sra. Nina Sardjunani, Ministra-Adjunta de Planeamento de Desenvolvimento da Indonésia

Sra. Nadine Heredia, Primeira-Dama do Peru

Dr. Ibrahim Mayaki, CEO da NEPAD

Sir Fazle Hasan Abed, Fundador e Presidente, BRAC

Sr. Tom Arnold, Chief Executive Officer, Concern Worldwide

Sra. Alessandra da Costa Lunas, Secretária-Geral, Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (COPROFAM)

Dra. Marie Pierre Allié, Presidente, Médecins Sans Frontières, França

Dra. Helene Gayle, Presidente e CEO, CARE USA

H.E. Sr. Julian Fantino, Ministro de Cooperação Internacional, Canadá

S.E. Sr. Andris Piebalgs, Comissário para a Cooperação em Desenvolvimento, CE

Sr. Bruno Le Maire, membro do Parlamento e antigo Ministro da Alimentação, Agricultura e Pescas, França, 2009-2012

Sr. Rajiv Shah, Administrador, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

Sra. Vinita Bali, Directora, Britannia Industries

Sr. Paul Polman, Chief Executive Officer, Unilever

Sra. Ertharin Cousin, Directora-Executiva, Programa Alimentar Mundial e Representante do Comité Permanente da ONU sobre Nutrição

Sra. Tamar Manuelyan Atinc, Vice-Presidente, Desenvolvimento Humano, Banco Mundial

Dr. Chris Elias, Presidente, Desenvolvimento Global, Fundação Bill & Melinda Gates

Sr. Jay Naidoo, Presidente da Administração, Global Alliance for Improved Nutrition

Sra. Mary Robinson, Presidente, Fundação Mary Robinson - Justiça Climática

Dr. Anthony Lake, Presidente, Grupo Líder do Movimento Fomentando a Nutrição e Director-Executivo, UNICEF

Dr. David Nabarro, Coordenador, Movimento Fomentando a Nutrição, e Representante Especial do Secretário-Geral de Segurança Alimentar e Nutrição



SECRETARIADO DO MOVIMENTO SUN
Telefone: +41 22 917 1189
www.scalingupnutrition.org